DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, quarta-feira, 7 de janeiro de 1976 — ANO IX - Nº 003

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 3.126 DE 07 DE JANEIRO DE 1976

Acrescenta item ao art. 29 do Decreto nº 3.097 de 22 de dezembro de 1975, que estabelece as Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item II do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
DECRETA:
Art. 1º - O Artigo 29 do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975 fica acrescido do seguinte item:
"V - O Chefe do Gabinete Civil do Governador, quanto às Despesas com Publicações e Divulgações".
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 07 de janeiro de 1976
87º da República e 16º de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Administração

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n.º 66.338/75,

RESOLVE:

EXONERAR : a pedido, JOSÉ GERALDO DE MIRANDA, do cargo de Escrevente-Datilógrafo, nível 7, matrícula n.º 9.015, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal
Distrito Federal, 29 de dezembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n.º 530.241/73,

RESOLVE:

EXONERAR, "ex officio", nos termos do Parecer 575-H, do Consultor-Geral da República, JALDO CARLOS DE BRITO, do cargo de Trabalhador, nível 1, matrícula n.º 17.251, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 29 de dezembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 69.373/75
INTERESSADO: CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA, mat. 4.513—PRG
ASSUNTO. REQUISIÇÃO (Ministério da Educação e Cultura)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 2.485, de 24 de dezembro de 1973 observadas as alterações oriundas do disposto no artigo 1º do Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975.
Brasília, 22 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De Acordo. Autorizo.
Brasília, 22 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 69.904/75
INTERESSADO: VALDO LOPES DE OLIVEIRA — Mat. nº 9.725-SEF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo único artigo 3º do Decreto nº 2.628/74 sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.
Brasília, 19 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 22 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 70.389/75
INTERESSADO: HURANDIR MESQUITA MOTTA, mat. 871 - SEG
ASSUNTO: Requisição (Presidência da República - Secretaria do Planejamento)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º, do ARTIGO 2º, do Decreto nº 2.628/74.
Brasília, 11 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo
Brasília, 11 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 24.630/75
INTERESSADO, Ethel de Oliveira Dornas, mat. 867-SEC
ASSUNTO. Reclassificação de Cargos

Senhor Governador:

ETHEL DE OLIVEIRA DORNAS, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 867, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, à disposição da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita seja examinado o seu enquadramento ocorrido em 01.06.63, no sentido de verificar a possibilidade de ser reclassificada para o cargo de Bibliotecária, nível 19 e, conseqüentemente, se beneficiar da condição de clientela originária do grupo outras Atividades de Nível Superior na Categoria Funcional de Bibliotecária.
A funcionária nada acrescentou de novo em relação ao processo nº 13.579/71, a este apensado.
Diante do exposto, submeto a consideração de Vossa Excelência opinando pelo indeferimento da pretensão por falta de amparo legal e consequente arquivamento do processo.
Brasília, 19 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo, Indefiro. Arquive-se.
Brasília, 22 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

1019ª. REUNIÃO

PROCESSO Nº: 24.630/75
INTERESSADO: ETHEL DE OLIVEIRA DORNAS
ASSUNTO: RECLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Pelo indeferimento da pretensão por falta de amparo legal e consequente arquivamento do Processo".
Brasília, 09 de dezembro de 1975
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ ANTONIO DIAS
Vice-Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

Senhor Secretário de Administração:
Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.
Brasília, 10 de dezembro de 1975
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

PROCESSO Nº: 24.630/75
INTERESSADO: ETHEL DE OLIVEIRA DORNAS — Mat. 867 - SEC
ASSUNTO: RECLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos. Encaminhe-se o presente Processo ao Excelentíssimo Senhor Governador, propondo o indeferimento.
Brasília, 17 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO N.º 108.923/75
INTERESSADA: MARIA JOSÉ SALES — Mat. 5.313 — SES
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FREQUENCIA

Senhor Governador:

MAIRA JOSÉ SALES, Auxiliar de Enfermagem, nível 15-C, matrícula n.º 5.313, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, requer a justificativa de uma falta que lhe foi atribuída no dia 26 de fevereiro de 1975.
A chefia imediata da requerente informa que a mesma tem direito à justificativa requerida, porquanto a falta, injustificadamente computada era resultante de uma folga obtida por um dia de trabalho prestado no Pronto Socorro, no período carnavalesco.
Tal fato não constitui motivo capaz de justificar o requerido, pois a administração não poderá estribar-se nesse tipo de informação, dada a sua fraqueza como meio de prova.
Os documentos entranhados no processo, cópias "xerox" da Escala de Serviço, do Cartão de Ponto e do Boletim de Apuração de Frequência referentes ao mês de fevereiro de 1975, devidamente autenticados, constituem elementos probantes e mostram que nada consta sobre a concessão de folga, tendo a interessada deixado de picotar o Cartão de Ponto no dia 26 de fevereiro de 1975 e figurado com uma falta injustificada (fls. 04 a 11).
A Seção de Contagem de Tempo de Serviço da Divisão de Cadastro Financeiro da Coordenação do Sistema de Pessoal, confirma a existência da falta em referência, chegando-se à conclusão de que não procede o pedido formulado pela interessada.
Descaracterizado o erro administrativo, não vejo como aplicar ao caso o Parecer n.º 18/72, que daria amparo à correção "ex officio" da falta apontada, pelo que proponho o indeferimento do pedido, por falta de amparo legal.
À elevada consideração de Vossa Excelência.
Brasília, 29 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Indefiro

Brasília, 2! de dezembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO N.º: 70.333/75
INTERESSADO: JORDINO FABRICIO DE SOUZA — Mat. 13.111-SEA
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 2.628/74 sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.
Brasília, 26 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 29 de dezembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO N.º: 70.188/75
INTERESSADO: Mário Alves da Silva, mat. 4.234-SEC
ASSUNTO: Dispensa de ponto

Senhor Governador:

Trata o presente processo de convite formulado ao servidor MARIO ALVES DA SILVA, Professor do Ensino Médio, Cão. MG1.02.19, matrícula n.º 4.234, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, pelo Diretor-Presidente do Centro Internacional de Intercâmbio Universitário, Tecnológico e Municipal--CIIUT, para participar como Coordenador Adjunto da IV MISSÃO CULTURAL BRASIL — ESPANHA a ser desenvolvida pelo referido Centro em Cooperação com o Instituto de Cultura Hispânica de Brasília-Madrid e outros órgãos do Governo Espanhol, no período de 12 de janeiro a 16 de fevereiro de 1976, em Madrid.
A Secretaria de Educação e Cultura, órgão de lotação do servidor, manifestou-se favoravel-

mente quanto ao afastamento do servidor.
Assim, proponho a Vossa Excleência seja autorizado o afastamento do servidor em tela no período solicitado nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 2.814/74, desde que seja comprovado o seu comparecimento.
Brasília, 29 de d/zembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 29 de dezembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº.: 58.538/75
INTERESSADO: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO DE TÉCNICO DE ALTO NIVEL

Senhor Governador:
O Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, através do Aviso nº. 315/75—GM de 5 de maio último, consultou Vossa Senhoria sobre a possibilidade de ser permitida aos Professores que exercem funções técnicas, em regime de acumulação legal, nas entidades governamentais, a compensação de horas aplicadas ao ensino (3 a 6 horas por semana), ou concessões cabíveis, dentro das possibilidades estatutárias do Serviço Público ou da Legislação Trabalhista.
O assunto foi encaminhado ao exame da Coordenação do Sistema de Pessoal e da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos desta Pasta sem que prosperasse em razão da falta de apoio legal, merecendo meu acolhimento as conclusões apresentadas.
Assim, submeto a solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura à apreciação de Vossa Excelência sugerindo seja-lhe comunicada a impossibilidade do atendimento.
Brasília, 19 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Oficie-se.
Brasília, 20 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº.: 70.212/75
INTERESSADO: FRANCISCO CARDOSO DOS SANTOS — Mat. 2.347-SAB/CLT
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE CIVIL)

Senhor Govêrnador:
Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5º., item IV do Decreto nº. 2.628/74 sem prejuizo dos seus salários.
Brasília, 23 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 23 de dezembro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PARECER Nº.: 1741/75—1ª. SPRG
PROCESSO Nº.: 017.613/74
INTERESSADO: PEDRO DO CARMO DANTAS E OUTRO
ASSUNTO: Solicita consulta à CSP—SEA quanto ao pagamento do salário família do ref. acima.

EMENTA: Tratando-se de vantagem que beneficia a família do funcionário, é de prevalecer a interpretação teleológica da norma. Desamparo pela norma estatutária do órgão de origem. Responsabilidade solidária do Distrito Federal.

Senhor 1º. Subprocurador-Geral

O Chefe da Seção de Pessoal da Secretaria de Agricultura e Produção solicitou da Divisão de Administração Geral daquela Secretaria fosse consultada a Coordenação do Sistema de Pessoal da SEA sobre o pagamento do salário-família ao Dr. PEDRO DO CARMO DANTAS, titular da SAP e seu Chefe de Gabinete o Dr. DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM, o primeiro posto à disposição do DISTRITO FEDERAL pela Prefeitura Municipal de Salvador, e o segundo pelo Governo do Estado da Bahia, ambos sem ônus para os respectivos órgãos de origem.
A Seção de Processamento de Vantagens informou que não estava efetuando o pagamento da referida vantagem arrimada no Parecer nº. 42/72, 1ª. SPRG, por nós emitido e aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral e pelo Exmo. Sr. Governador (fls. 7).
A Divisão de Cadastro Financeiro encaminhou o processo à C.S.P. com a informação supra, tendo aquele órgão se pronunciado através do despacho de fls. 09, trazendo a colação o Parecer nº. 694-H da Consultoria Geral da Republica (fls. 8) e o supra mencionado Parecer nº. 42/72, com base nos quais entende ser da responsabilidade dos órgãos de origem o pagamento do salário família.
O Exmo. Sr. Secretário de Agrucultura e Produção tomou ciência do despacho e mandou arquivar o processo aos 24/6/74. Desarquivado o processo aos 4/11/75 (fls. 10), ao mesmo foi feita a juntada do documento de fls. 11 e o Parecer E-167/75, da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (fls. 12/16), através dos quais verifica-se que o Sr. DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM é funcionário do Governo do Estado, lotado na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.
Nos termos do Parecer da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, tendo sido o funcionário interessado no pagamento posto à disposição do Governo do Distrito Federal sem ônus para o Governo do Estado, ao mesmo não se poderá pagar aquela vantagem, face ao disposto no artigo 166 da Lei Estadual nº. 2.323, de 11.04.66, "in verbis":
"Não será percebido o salário-família nos caos em que o funcionário deixar de receber o respectivo vencimento ou provento".
O Parecer faz referência, e traz acostado o pronunciamento do Procurador Chefe da Representação Especial na Secretaria de Saneamento, donde destacamos o seguinte trecho, "verbis":
"10) Ninguém está, evidentemente, negando ao requerente o direito a perceber o salário família. Tendo sido colocado à disposição do Governo do Distrito Federal, sem ônus para o Estado da Bahia, o requerente tem, data vênia, o direito inconteste de perceber do Governo do Distrito Federal não só a parte retributiva dos seus vencimentos, como, também, a vantagem assistencial que representa o salário família. Entender-se em sentido contrário seria admitir-se uma "disposição" com "ônus" parcial" para o Estado da Bahia o que não nos parece, data vênia, corresponda aos objetivos do Decreto de fls. 3". (fls. 16).
Mais adiante, considerando que a matéria já havia sido apreciada pela PRG/DF, sugeriu o encaminhamento à Procuradoria Administrativa, que se pronunciou através do Parecer E-167/75, supra referido.
O Sr. Secretário de Administração do Distrito Federal solicitou o pronunciamento da PRG (fls. 17).
É o relatório.
PARECER
Tendo tomado conhecimento de que o Dr. PEDRO DO CARMO DANTAS, vem recebendo o salário-família pago pela Prefeitura Municipal de Salvador, abordaremos somente a situação relacionada com o Sr. DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM.
Cumpre, inicialmente, distinguir as situações, tanto das hipóteses contempladas no Parecer nº. 42/72 desta 1ª. SPRG, como a do servidor interessado no presente processo. Quanto aos primeiros, a situação é de funcionários regidos pela Lei nº. 1.711/52 que foram colocados à disposição de outro órgão, "ex-vi legis" ou a título de colaboração. Quanto ao último há que se atentar, inicialmente, para o disposto no art. 13 e inciso V e no parágrafo 1º. do mesmo artigo da E.C. nº. 1/69, "in verbis":
"Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:
I - .....;
II - .....;
III - .....;
IV - .....;
V - as normas relativas aos funcionários públicos, inclusive a aplicação, aos servidores estaduais e municipais, dos limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal."
E no parágrafo 1º.:
"Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente não lhes sejam vedados por esta Constituição."
Examinando-se a "Seção VIII" da E.C. nº. 1/69, que trata dos "Funcionários Públicos" verifica-se não existir qualquer norma disciplinando a situação dos funcionários de uma esfera de Poder posto à disposição de outra esfera de Poder. Tão pouco encontramos qualquer outra norma constitucional dispondo sobre a matéria, razão pela qual, prevalece a competência do Estado-membro para legislar sobre as condições que devam ser observadas na hipótese de colocar seus funcionários à disposição de terceiros.
Na hipótese dos autos verifica-se que a Lei Estadual nº. 2.323, de 11 de abril de 1966 - "Estatuto dos Funcionários Civis do Estado da Bahia -," ao disciplinar a matéria, dispôs no seu artigo 166 "in verbis":
"Art. 166 - Não será percebido salário família nos casos em que o funcionário deixar de receber o respectivo vencimento ou proventos".

Excetuando no "parágrafo único:"
"O disposto neste artigo não se aplica nos casos de suspensão nem de licença por motivo de doença em pessoa da família."
Ora, como o Estado da Bahia, escudado na norma estatuária, se recusa a atender à solicitação do seu funcionário indaga-se quem lhe deverá pagar o salário-família, tendo em vista o entendimento contido na conclusão do Parecer nº. 42/72, pois que, a prevalecer tal raciocínio estar-se-ia fugindo ao princípio de reciprocidade que deve ser considerado nas relações entre as diversas esferas do Poder Público.
É de considerar-se preliminarmente, que na hipótese contemplada no Parecer nº. 42/72 examinou-se a situação partindo-se do pressuposto de que funcionários regidos pela norma estatutária federal deverão ser por essa protegidos, ainda mais quando se trata, "in casu", de norma de caráter social, cujo beneficiário é a familia do servidor. Na hipótese "sub-examen" a situação é diversa, pois os funcionários são regidos por lei especial de outra esfera de poder, que concorda em ceder o seu servidor desde que liberado de qualquer ônus.
As circunstâncias conduzem a nova indagação. Como procederia o Governo do Estado da Bahia na hipótese de ser posto à sua disposição funcionário do Governo do Distrito Federal, sem ônus para este?
No nosso entendimento seria de aplicar-se o artigo 166 da Lei nº. 2.323/66 daquele Estado, o que facilita o raciocínio para chegar-se à conclusão de que, sendo os interessados regidos por norma que não os ampara, é de prevalecer a interpretação teleológica da norma estatutária federal, aplicável ao Distrito Federal "ex-vi" da Lei 3.751/60, (art. 30), que é a de benefíciar a família do servidor, a qual deverá receber a vantagem mesmo nos casos em que o funcionário, ativo ou inativo, deixar de perceber vencimento, remuneração, ou provento (art. 141).
Pelas razões supra entendemos deva ser pago pelo DISTRITO FEDERAL o salário - familia ao servidor interessado no presente processo.
É o parecer, salvo melhor juízo.
Brasília, 04 de dezembro de 1975
ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
Procurador

Senhor Governador:
Aprovamos o Parecer nº. 1 741/75—1ª; SPRG, de fls. 18/23, já placitado pelo Ilmo. Sr. Dr. 1º. Subprocurador Geral às fls. 24.
Face à legislação do Estado da Bahia e à circunstância do servidor ter sido liberado sem ônus para a repartição de origem, opinamos pelo deferimento do pedido, arcando o Distrito Federal com o pagamento do Salário Família.
À superior deliberação de Vossa Excelência, em 15 de dezembro de 1975.
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral
De acordo.
Em 22/12/75.
ELMO SEREJO DE FARIAS

PARECER Nº.: 1708 — 1ª SPRG
PROCESSO Nº.: 21.459/73
INTERESSADO: JOSÉ PALMA FILHO
ASSUNTO: Propositura e solicitação de alteração de dispositivos de Decreto que indica
EMENTA: — Sugestões apresentadas para alterações de dispositivos do Decreto nº. 2.217/73, com vistas às normas fixadas pela Lei 5.769/71.
- Descobrimento das mesmas pelas razões do parecer.

Senhor 1º. Subprocurador-Geral
HISTÓRICO
Insurge-se o "funcionário - peticionário - proponente" - é como o requerente se denomina - contra a redação do Decreto nº. 2217, de 20/3/73, baixado pelo Senhor Governador em regulamentação à Lei 5.769, de 20.12.71.
De tão prolixa a exposição chega a ser ininteligível em seu objetivo, em muitos trechos; de tão desconexa na explanação de idéias - que se entrechocam - chega a cansar ao leitor; de tão narcisista chega a ser ridícula; de tão "fastidiosa" chega a ser irritante, e somente em virtude de indeclinável dever de ofício tivemos que lê-la integralmente.
E o que deseja, enfim, o peticionário? Diz "verbo ad verbum":
"Vai, a seguir, a proposição final para o ajuste do Decreto nº. 2.217/73, ao texto da Lei nº. 5769/71:
1) - COM EXCLUSÃO:
a) - da restrição do parágrafo 1º., art. 12 (repartições fazendárias) - tornar sem efeito, ou simplesmples revogação expressa;
b) - da limitação constante do item IV, do Anexo I, qt°. ao que se contem no parêntese" (período de 1.1.72 a 31.12.72)" - pode ser a republicação do Anexo, sem os periodos;
c) - do acréscimo, talvez, ao final do parágrafo único, do art. 7°., de dispositivo de redação simples de"... acresça-se ao final do parágrafo único, do art. 7°., a expressão;"... e o exercício de que trata a alínea "d", do mesmo dispositivo e lei."
"Aqui, ao que possa parecer, já satisfaria, quanto aos fins de facilidade processual".
2) — COM INCLUSÃO (evitando que ficasse para etapa posterior - como direito a que se reservam os interessados - de pleitear o disposto na letra 'd", art. 2°., da lei) - com a inclusão, dizia, de art. reconhecendo o "exercício de cargo ou função de direção ou chefia...", antes de instalado o DF (brasília) para aqueles que sendo diretores ou chefes, vieram requisitados para o DF, ou algo mais genérico."
Em prosseguimento, diz mais o requerente, "ipsis verbis":
"Em conclusão, Senhor Inspetor, peço que não somente V. S., como os órgãos de decisão intermediaria, além de ser recomendável não entrar no mérito desta proposição (pelo menos como poupança de esforço), não cerceiem, pelo menos, o aqui pretendido, com algum presumível arquivamento, a fim de poupar o exame pelos órgãos superiores".
"Peço, com o máximo respeito a todos que façam a tramitação, com os despachos interlocutórios que couberem, é claro, mas em direção ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças, mas que esta autoridade, com os subsídios que possa ajuntar à matéria e até, se for o caso - justificativa e substituto, enfim esclarecimentos doutos que ilustrem a matéria, mas que faça chegar ao Exmo. Sr. Governador - é o pedido - para que, a nível de sua Consultoria, examine, com a devida vênia, a propositura aqui longa e fastidiosamente expendida e, decorrentemente, reexamine o texto do Decreto nº. 2.217, de 20 de março de 1973, para seu ajuste ao disposto legal da Lei nº. 5.769, de 20 de dezembro de 1971".
PARECER
Ao que nos parece da leitura desse petitório simultaneamente confuso e extramente prolixo, pretende o requerente a alteração do Decreto 2.217/73, em alguns pontos, com objetivo de adaptá-lo às suas conveniências pessoais, como "portador de uma das melhores folhas - como funcionário público num sentido geral - por serviços prestados, não somente ao DF como ao órgão m/origem, no interior de São Paulo."!
A primeira das alterações propostas diz respeito à exclusão "da restrição do parágrafo 1°., art. 12 (repartições fazendárias)", do decreto em tela, e que não pode prosperar, a nosso ver, porque é cópia literal do texto da letra "c", parágrafo 2°., do art. 2°., da Lei nº. 5.769/71.
A segunda diz respeito à delimitação do período de apuração dos pontos para efeito de promoção dos Agentes Fiscais de Tributos, da letra "A" para "B", ao ano de 1972" - 1°. de janeiro a 31 de dezembro de 1972". O Governo do Distrito Federal levou em conta, ao fazê-lo, os critérios fixados na Lei 5.769, "datada de 20 de dezembro de 1971, implantados a partir de 1°. de janeiro de 1972," como se vê das portarias nºs. 003/72—SEF, de 29.02.72 e 006/72-SEF, de 22.06.72, baixadas pelo Senhor Secretário de Finanças.
Retroagir indefinidamente, até os idos da vida funcional do re-

querente no interior de São Paulo, vinte anos atrás, o "exercício de cargo ou função em comissão ou direção, chefia ou assessoramento", não nos parece de boa norma administrativa, e também nesse passo não vemos motivo de alteração das disposições do parágrafo único, art. 7°., do decreto citado.
Quanto aos demais aspectos da exposição, de caratera doutrinário ou de interesse pessoal - não objeto de requerimento - deixamos de apreciá-los por nos parecer sem interesse prático para a Administração e que não deveriam estar contidos simultaneamente neste processo, de redação extremamente prolixa e confusa.
É o nosso entendimento,
"sub censurá".
Brasília, 16 de outubro de 1975
CLÓVIS FERREIRA DE MORAIS
Procurador

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO
Aos 30 de outubro de 1975 foram-me entregues estes autos do(a) Dr. Clóvis F. de Morais, e, na mesma data, faço-os conclusos a(o) Ilmo. Sr. 1°. Subprocurador Geral.
Agilberto Barbosa
Seção de Expediente/1ª.SPRG
Chefe
Aprovo o parecer n°. 1708/75 — 1ª. SPRG (fls. 45/47) e coloco-me, integralmente, de acordo com o entendimento de fls. 34/36 da SEF.
À consideração do Exmo. Sr Procurador-Geral.
Brasília, 10/11/1975.
1°. Subprocurador Geral
EMMANUEL F. MENDES LYRIO

CONCLUSÃO
aos 10 de novembro de 1975, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Procurador Geral
Agilberto Barbosa
Seção de Expediente/1ª. SPRG
Chefe.

PROCESSO N°. 021459/73
INTERESSADO: JOSÉ PALMA FILHO
ASSUNTO: Alteração de dispositivos de decreto.
Senhor Governador

Ofereceu o interessado, em março de 1973, sugestões visando - no seu entender - aprimoramento do Decreto n°. 2 217, de 20/03/1973, que regulamentou a Lei n°. 5769, de 20/12/1971. Não apontou, contudo, qualquer injuricidade no ato normativo.
A 4ª. Subprocuradoria Geral examinando a solicitação, emitiu pronunciamento (fls. 30/30v.), em 30/04/1973, sugerindo diligência junto às Secretarias de Administração e de Finanças, o que foi acatado pelo então Procurador Geral (fls. 32).
Prestados os esclarecimentos pela SEF (fls. 34/36v.) e pela SEA (fls. 37/39), volveram os autos a esta Procuradoria Geral, que os remeteu novamente à SEA (fls.40), que forneceu outras informações (fls. 41/42).
Transmitidos à 4ª. SPRG (fls. 43), foram a seguir encaminhados à 1ª. SPRG, em virtude da competência regimental (fls. 44v).
A douta 1ª. Subprocuradoria Geral emitiu o Parecer n°. 1708/75, de fls. 45/47, placitado pelo Ilmo. Sr. Dr. 1°. Subprocurador Geral às fls. 48.
As proposições do interessado giram em torno de problemas relacionados a juízos de equidade e conveniência, de que é árbitro Vossa Excelência. Os pronunciamentos contidos nos autos, propiciarão a Vossa Excelência os elementos indispensáveis para a decisão sobre a matéria.
Aprovamos a manifestação da 1ª. Subprocuradoria Geral, na forma do encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 1°. Subprocurador Geral, submetendo o assunto à superior deliberação de Vossa Excelência.
PRG, 20 de novembro de 1975.
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral.
Face aos pronunciamentos indefiro o pedido.

Em, 21 de novembro de 1975

ELMO SEREJO FARIAS —
Governador

PARECER N°.: 1712/75—1ª. SPRG.
PROCESSO N°.: 12.205/72 (anexo 16249/72
INTERESSADO: JOSÉ OTAVIO DA SILVA
ASSUNTO: Desconto em folha de pagamento, decorrente de acidente de tráfego, com viatura Wolkswagen-Kombi, placa OF 2864, dirigida pelo ref. servidor.
EMENTA: 1) — O desconto em folha de pagamento é permitido na forma da autorização legal (art. 157, da Lei n°. 1711/52);
2) - A indenização à Fazenda Pública é feita em parcelas não excedentes de 10% (dez por cento), incidentes sobre os vencimentos dos servidores (art. 197 c/c art. 125 do EFPCU);
3) - O limite excedente de 30% (trinta por cento) será permitido quando ocorrer os motivos previstos no art. 2°. da Lei n°. 2.853, de 28/081958.
Senhor Subprocurador Geral:
RELATORIO
1 - O Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral determinou, à época, por sugestão da 3ª. Subprocuradoria Geral (fls. 95), o exame por essa 1ª. Subprocuradoria e emissão do respectivo parecer de matéria atinente a consignação em folha de pagamento, decorrente de indenização motivada por acidente de tráfego, resultante de imperícia de servidor do GDF que dirigia viatura Volkswagen-kombi, placa OF - 2864, fato esse ocorrido na pista de acesso à Taguatinga (DF), em 16/05/72, causando prejuízos à Fazenda Pública do Distrito Federal.
2 — O fato deu origem a Comissão de Processo Administrativo designada pelo Exmo. Sr. Secretário de Administração, conforme dispõe a Portaria s/n°., de 09/10/1972 (fls. 01) que, depois de ouvir a Divisão de Criminalística, emitente da ficha de interpretação do acidente (fls. 12, 13, 14, 25 e 26), testemunhas e juntar demais documentos que completaram a instrução do processo, proferiu relatório constante de fls. 84/87, concluindo pela culpabilidade do indiciado José Otávio da Silva, Escrevente-datilógrafo, nivel 07, matrícula 14944, por infringência ao ítem VI, do art. 194, da Lei número 1711/52.
3 — A 1ª. Subprocuradoria Geral cumpre o despacho de fls. 97 (noventa e sete) emitindo o parecer.
PARECER
4 - A Fazenda Pública para reclamar indenização de seu servidor requer de pressupostos que caracterizam:
a) prejuizo certo;
b) prejuizo não reparado.
Só a força maior ou caso fortuito eximem o responsável pelo evento de indenizá-la.
5 - Será indenizada pelo prejuízo causado pelo seu servidor, mediante desconto, em prestações mensais, à base da décima parte do vencimento ou remuneração do cargo (parágrafo 1°. do art. 197 c/c com o art. 126 da Lei n°. 1711/52).
6 - Assim, a indenização por pejuízo causado, em virtude de acidente de tráfego, com viatura de propriedade do GDF, é possível, como também uma obrigação a que responde o servidor responsável e que teve todas as provas contra si, apuradas em processo administrativo mediante ampla defesa, instaurado por determinação de autoridade administrativa competente.
7 — A materia já foi objeto de exame por essa 1ª. Subprocuradoria Geral, via de parecer n°. 92/72, da lavra do ilustre colega Carlos Fernando Mathias de Souza, aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral.
8 - Por esse parecer, se recordou da legislação específica que trata da consignação em folha de pagamento, em casos com o objeto do presente processo (Lei n°. 1046/50, alterada pela Lei n°. 2835, de 28 de agosto de 1956).
9 — Concluindo, cabem aos órgãos de pessoal da Secretaria de Administração registrar na ficha funcional a conclusão final da Comissão de Processo Administrativo (fls. 87), aprovada pelo Exmo. Sr. Secretário de Administração (fls. 89/90) e proceder aos cálculos de desconto nos vencimentos do servidor referenciado, à base do que dispõe o artigo 2°. (segundo) da Lei n°. 2853, de 28 de agosto de 1956. (RDA. Vol. 46, págs. 554).
Esse é o meu parecer,
S.M.J.
Brasília, 20 de outubro de 1975
JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
Procurador

Senhor Governador:
Aprovamos o Parecer n°. 1712/75, de fls. 98/100, placitado às fls. 101, pelo Ilmo. Sr. Dr. 1°. Subprocurador Geral.
À superior deliberação de Vossa Excelência, em 06 de novembro de 1975.
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral
De acordo. Aprovo o Parecer da P.R.G.
Em, 07/11/75.
ELMO SEREJO DE FARIAS

Órgãos vinculados ao Gabinete Civil

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO
Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N° 86 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto n° 1 748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2°, do Decreto n° 1 747, da mesma data, e, tendo em vista o que consta do Proc. 29.428/75,

RESOLVE:

I - cessar o bloqueio do servidor VALDIMIRO FRANCISCO DOURADO, matrícula n° 031, do cargo de AUXILIAR DE PORTARIA, símbolo EP-04, da Tabela de Empregos Permanentes deste Departamento, a partir desta data, por ter sido colocado à disposição do Conselho de Segurança Nacional;
II- declarar vago o cargo de AUXILIAR DE PORTARIA, símbolo EP-04, da Tabela de Empregos Permanentes deste Departamento, a partir da mesma data.
Distrito Federal, 23 de dezembro de 1975
PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

ORDEM D SERVIÇO N° 87 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto n° 1.748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2°, do Decreto n° 1.747, da mesma data, e, tendo em vista o que consta do Proc. n° 161.147/75.

RESOLVE:

autorizar os servidores CARANAMBU BESSA, matrícula n° 175, Direor da Divisão de Educação Física, Esportes e Recreação, símbolo EC-03, e JOSE GERALDO DE ANDRADE NETO, matrícula n° 126, Professor de Educação Física, símbolo FC-22, a viajarem à cidade de São Paulo - SP. no período de 29 de dezembro do corrente ano a 04 de janeiro de 1976, como dirigente e técnico das equipes de pedestraianismo do DF, que naquela capital participarão da 51ª CORRIDA DE SÃO SILVESTRE, 6ª CORRIDA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E MARCHA ATLETICA.
Distrito Federal, 23 de dezembro de 1975
PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N° 88 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento do Departamento, aprovado pelo Decreto n° 1 748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso IV, do artigo 2°, do Decreto n° 1747, da mesma data,

RESOLVE:

Designar CÉLIO TORRES, matrícula n° 016, Chefe da Seção Financeira, para responder pela Presidência da Comissão de Licitação deste Departamento, no período de 18.12.75 a 31.01.76, por motivo de férias do titular.

Distrito Federal, 26 de dezembro de 1975

PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

DIVISAO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS'.
O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
com fundamento nos artigos 135 e 136 da Lei n° 1 711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR 14 diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto do Decreto n° 1 735, de 06 de junho de 1971.
Determinar à Seção Financeira que promova o pagamento das diárias arbitradas aos seguintes funcionários:
Matr. n°: 158
Nome: Carambú Bessa
Cargo: Diretor da Div. EFER
Símbolo: EC-03
Unitário: Cr$399,60
Total: 2.797,20

Matr. N°: 126
Nome: José Geraldo de Andrade Neto
Cargo: Professor de Educação Física
Símbolo: EP-22
Unitário: Cr$399,60
Total: Cr$2.797,20
Brasília, 23 de dezembro de 1975
Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER
Mário de Almeida Britto Filho
Dir. Div. de Administração

SERVIDOR: DAMIÃO LINS DE OLIVEIRA
MATRICULA: 10.661 — GDF — 048—DEFER
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA (um dia)
DESPACHO: CONCEDO, no dia 17.11.75

SERVIDOR: RAIMUNDO DA COSTA LIMA
MATRICULA: 10.682—GDF — 064—DEFER
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA (prorrogação)
DESPACHO: CONCEDO, no período de 12.12.75 a 20.01.76

SERVIDOR: NILDA BARBOSA DO NASCIMENTO
MATRICULA 119—DEFER
ASSUNTO: SALARIO DE FAMILIA
DESPACHO: CONCEDO, a partir de janeiro/76 (01 dependente)

SERVIDOR: EDSON ALVES DE OLIVEIRA
MATRICULA: 179—DEFER
ASSUNTO: SALARIO DE FAMILIA
DESPACHO: CONCEDO A PARTIR DE DEZEMBRO/75 (01 dependente)

SERVIDOR: NILDA BARBOSA DO NASCIMENTO
MATRICULA: 119/DEFER
ASSUNTO: SOLICITA RETIFICAÇÃO DE NOME, POR TER HAVIDO CONTRAIDO MATRIMONIO
DESPACHO: RETIFICADO, PARA NILDA NASCIMENTO DE LIRA, CONFORME CERTIDÃO DE CASAMENTO, APRESENTADA.
05.01.76
Cesar Torres
Chefe da Seção de Pessoal DA DEFER

DEPARTAMENTO DE TURISMO
Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N° 98/75
23 de dezembro de 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL (DETUR), cumprindo as determinações do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, constantes do processo n° 164/75, Ofício GP n° 869/74.
RESOLVE
Aplicar a multa no valor de Cr$501,00 (quinhentos e um cruzeiros), da Lei 5.538/68 e Decreto 75704/75, que regulamentou o artº 2° da Lei 6205/75, ao ordenador da despesa Dr. Roberto Velloso, em decorrência das irregularidades constatadas no exame de contas relativas ao exercicio de 1972.
Brasília, 23 de dezembro de 1975
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 103.049/75
INTERESSADO: Abelardo Gomes de Brotas
ASSUNTO: PROCESSO ESPECIAL

APROVO o parecer de fls. 27, que concluiu pela caracterização do acidente em serviço de que trata os presentes autos.
Brasília, 23 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 22.496/75
INTERESSADO: Francisco Vicente Martins
ASSUNTO: Processo Especial

APROVO o parecer de fls. 56, que concluiu pela caracterização do acidente em serviço de que trata os presentes autos.
Brasília, 23 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 282.750/75
INTERESSADO: José Rodrigues de Souza
ASSUNTO: Processo Especial

APROVO o parecer de fls. 22, que concluiu pela caracterização do acidente em serviço de que trata os presentes autos.
Brasília, 23 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 107.642/75
INTERESSADO: ENELDES RAMOS DE MORAES
ASSUNTO: Processo Especial

APROVO o pareter de fls. 23, que concluiu pela caracterização do acidente em serviço de que trata os presentes autos.
Brasília, 23 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 25.924/75
INTERESSADO: ZÉLIA MARIA CARDIN DE SOUZA — Mat. 4.439—SEC
ASSUNTO: SOLICITA ALTERAÇÃO DA DATA DE LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Não há como se deferir a solicitação em causa, tendo em vista a retificação publicada, posteriormente, no "Distrito Federal" de 4 de setembro último, com relação à licença para tratamento de saúde que lhe havia sido concedida.

Brasília, 29 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 57.676/75
INTERESSADO: José Everaldo Ramalho, Mat. 10.073
ASSUNTO: Licença para trato de interesse particular

INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º. inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº. 1.711/52.

Brasília, 29 de dezembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 30.804/75
INTERESSADO: TEREZINHA HOFFMANN — Mat. 6.794—FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS

APROVO.

Publique-se e arquive-se.

Brasília, 07 de novembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 30.803/75
INTERESSADO: FERNANDO AMÉRICO ROZZANTE DE CASTRO — Mat. 2.708 — FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, Encaminhe-se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 07 de novembro de 1975.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 30.334/75
INTERESSADO: MARIA AUCILA DE CASTRO FREITAS
Mat. 8.873—FHDF
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS

APROVO.

Publique-se e arquive-se.

Brasília, 07 de novembro de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

ATOS DO SECRETÁRIO

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

1005ª. REUNIÃO

PROCESSO Nº: 58.538/75
INTERESSADO: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO DE TÉCNICO DE ALTO NÍVEL
RELATOR: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Impossível o atendimento da solicitação face ao que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 99, da Constituição Federal".
Brasília, 29 de outubro de 1975
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ ANTONIO DIAS
Vice-Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.
Brasília, 05 de novembro de 1975
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.
À apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador.
Brasília, 19 de dezembro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo nº: 37.767/70
Interessado: Móveis Rio Grande Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com validade até 05.10.76, data em que expira o mandato do procurador nomeado pea representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMP - 02 e 19.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo nº: 30.338/75
Interessado: Brasília Comércio e Indústria de Máquinas e Veículos Ltda. CIMAQ
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, porém, como renovação de inscrição no RCHF, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão, estando apta a participar em tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC — 06, GEI — 15 e prestação de serviços constantes do GS — 26, conforme consta da decisão de nº 1.282ª. (Ordinária).
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo nº: 22.348/70
interessado: K. Takaoka Indústria e Comércio Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis no GEI — 04.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 1º de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 32.561/75
Interessado: Acomax - Indústria e Comércio Ltda. Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC - 05 a 25 e prestação de serviços constantes dos GS — 25 e 32.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro

Processo nº: 29.319/75
Interessado: Victório Possebon
Assunto: Inclusão de grupos de materiais
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o votodo Relator, decide pelo deferimento, em parte, do pedido formulado pela interessada, incluindo-a, também, como apta a participar de Tomadas de Preços para aqusição de materiais classificáveis nos GMC - 03, 25 , 28, GMP - 13 e GEI — 03.
Não considerado o GEI — 01, por não guardar conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral, de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo n.º: 26.634/75
Interessado: Sony — Motoradio, Comércio, Importação e Exportação Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada providencie o reconhecimento da firma do Tabelião de São Paulo por cartório de Brasília e substitua o documento constante de fls. 27.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.º : 26.634/75
Interessado: Sony Motoradio Comércio, Importação e Exportação Ltda.

Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 31 de dezembro de 1975, data em que expira o mandato do procurador nomeadb para representá-lo no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materais classificáveis nos GMC-05 e 22 e GEI-01, 03, 06 e 09.
Não considerados os GS-25 e 39 por não guardarem conformidade com o objetivo social da firma;
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.°: 16.158/71
Interessado: DISBREL — Distribuidora de Balanças e Refrigeração Ltda
Assunto Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-05, 11, 13 e 28; GEI 01, 02, 03, 07 e 08; GMP-02, 13, 15, 17, 19 e 20.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.° 7.499/70
Interessado: Instrumental Hospitalar Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-09, GEI-04, 07 e GMP-04.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n°: 25.915/75
Interessado: Eletro Foto Baroni Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01(um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC — 19, GEI - 09 e prestação de serviços constantes dos GS - 25.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro -Suplente

Processo n°: 30.549/75
Interessado: P. Vendeth e Cia. Ltda.
Assunto: Sustação de contagem de prazo para entrega de material
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a sustação da contagem do prazo de entrega do material constante da Nota de Empenho n° 646/75 — DPC, emitida em nome da firma P. Vendethe Cia. Ltda., até 31.12.75.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo n°: 34.735/70
Interessado: Paulo Cesar Bernardes e Cia. Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuiições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de valide de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aqusição de materiais classificáveis nos GMC — 02, 03, 05, 09, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 27, 28 e 31; GEI — 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 12, 13 e 17; GMP - 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 11, 12. 13, 14, 15, 16, 19 e 21.
Não considerados os GMC — 01, 04, 07, 08, 11, 12, 16, e 24; GEI - 05, 07, 10 e 15; GMP - 10, 17, 18, e 20, uma vez que a interessada não comprovou já ter fornecido os tipos de materiais ali enquadrados à algum órgão público.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo n°: 26.536/74
Interessado: A Casa do Livro de Brasília Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Sebastião Ester de Carvalho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, contado da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aqusição de materiais classificáveis no GMP — 01.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as Providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo n°.: 32.962/75
Interessado: Indústria Metalúrgica Armentano Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-05 e GMP-04.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo n°.: 32.480/75
Interessado: Administração do Setor Residencial Industria e Abastecimento.
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite n°. 304/75—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide adjudicar o fornecimento do material à firma Cimento Tocantins S.A.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para empenhar a despesa.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo n°.: 32.395/75
Interessado: Pioneira da Borracha Ltda
Assunto: Retificação de Nota de Empenho
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, retificando-se a especificação da Nota de Empenho n°. 96/75—SEC, na forma seguinte: onde se lê... "medindo 25x35 cm"... leia-se: "medindo 21x35cm".
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral da SEC, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo n°.: 37.380/73
Interessado: Santa Helena-Urbanização e Obras Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para a prestação de serviços constantes dos GS-16, 24, 40 e 41.
Não considerado o GS-35, por não guardar conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo n°.: 25.445/75
Interessado: Tintas Ypiranga S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classficáveis no GMC-27.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro suplente

Processo n°.: 25.923/75
Interessado: Metalúrgica Águia Ltda.
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 02.03.76, data em que expira o mandato da procuradora nomeada para representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-30 e GMP-02, 04 e 19, de acordo com o Certificado expedido em 08.09.75.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 1°. de dezembro de 1975.
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°.: 18.612/74
Interessado: Livraria e Distribuidora Buriti Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no R.C.H.F.

Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Está apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC 02, GMP 01 e 06.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Firmas para as providências complementares.
Em 01 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 201.633/75
Interessado: Divisão de Administração Geral — RA—VI
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Osmar Barros Barata
Julgamento de Licitação: Convite nº. 306/75 —SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:
1. considerar fora de especificação a proposta da Firma A Construtiva Material de Construção Ltda. para o item 4º.;
2. prejudicar o item 4º.;
3. ADJUDICAR o fornecimento do material na forma seguinte: A Construtiva Material de Construção Ltda. — itens 3º, 5º, 7º, 8º e 9º.;
Cofermat - Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção - itens 1º., 2º. e 6º.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Planaltina, para as providências complementares.
Em 1º. de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 32.676/75
Interessado: Moster - Importardora e Exportadora Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis no GMP-01.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 1º. de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 18.878/71
Interessado: CGR do Brasil — Cia. Geral de Radiologia
Assunto: Renovação de inscrição no R.C.H.F.
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Está apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição dos materiais classificáveis nos GMC 09 e GEI 04.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.
Em 01 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 19.578/71
Interessado: Roupas Profissionais Hercor Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC—10 e 12.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habiltação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DA MASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 12.684/75
Interessado: CINTEL — Comércio e Instalações de Telas e Piscinas Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC—17, GMP—11 e 21 e prestação de serviços constantes do GS-32.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 30.776/75
Interessado: Governo do Distrito Federal — SEF
Assunto: Aquisição de Material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator: DECIDE:
1. considerar fora de especificação as propostas das firmas Celina Indústria e Comércio do Mobiliário Ltda. e Móveis de Aço Fiel S.A. para o item 3º.;
2. ADJUDICAR o fornecimento do material na forma seguinte: Celina Indústria e Comércio do Mobiliário Ltda. — item 2º;
Mainline Moveis S.A. - Indústria e Comércio - itens 1º. e 3º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para empenhar a despesa.
Em 24 de novembro de 1975
jorge caetano
presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Mmbro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 26.028/75
Interessado: Gomes e Ribeiro Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificaveis nºs GMC-25, GMP-02, 03 e 20.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para asprovidências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 28.578/75
Interessado: Governo do Distrito Federal — SEC
Assunto: Aquisição de Material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Tomada de Preços nº. 69/75—SEA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo encerramento da presente Tomada de Preços nº. 69/75—SEA, com base no art. 14 do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971.
Publique-se.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 32.789/75
Interessado: Iterlab - Importação e Exportação de Artigos para Laboratório Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno.

O Plenario da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-08 e 09.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Frimas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro-Suplente

Processo Nº: 32.572/75
Interessado: Almoxarifado Central
Assunto: Prorrogação de prazo para entrega de material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a prorrogação "ex offício", do prazo para a entrega do material constante da Nota de Empenho nº 677/75-DPC, até 02.11.75, ficando a interessada sujeita a aplicação das penalidades previstas.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em, 1º de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 33.057/75
Interessado: MICROBRAS - Centro de Microfilmagem do Brasil Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano
O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada atenda as seguintes exigencias:
1. apresente a alteração contratual que deliberou sobre a mudança de sede para o endereço indicado no Questionário, devidamente arquivada na Junta Comercial respectiva;
2. Substituta a declaração de idoneidade financeira por outra que atenda em seus termos, o disposto no item 6 da Portaria SEA nº 54, de 11.01.71.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providencias complementares.
em, 1º de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Prsidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 32.244/75
Interessado: Governo do Distrito Federal, - SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite nº 305/75- 75- SPC- DC .
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo encerramento do presente Convite, com base no art. 14 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, e a seguir, à Divisão de Administração Geral da SA.
Em, 1º de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membo
TIBAGY DE CATILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 30.983/75
Interessado: CEFRAMAR - Exportação, Importação, Fornecimento e Representações Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Sebastião Ester de Carvalho
O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade, o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, contado da data de sua emissão. Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-09 e GEI-04.
Não considerando o GMP- 20, por não guardar conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação, de Firmas, para as providências complementares.
Em, 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro

Processo n°: 25.714/75
Interessado: Governo do Distrito Federal - GAG
Assunto: Aquisição de Material - Convite n° 198/75-SPC-DC
Relator: Tibagy de Castilho
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pela revogação do presente Convite com base no art. 11 do Decreto n° 1703, de 31 de maio de 1971.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em, 1° de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 50.298/69
Interessado: COTRIL. S.A. Máquinas e Equipamentos .
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC- 05 e GEI-13 e prestação de serviços constantes do GS-26.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 1° de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 32.908/75
Interessado: Supermercado Bem Bom Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a aparticipar de Tomadas de Preços para a aquisição de materiais classifiáveis nos GMC-03, 13 e 18.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
em, 1° de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 32.895/75
Interessado: JS- Cia. Paraense de Tubos e Móveis de Aço
Assunto: Incrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de tomadas de Preços para aquisição de materiais classifiáveis nos GMC- 09, 30, GMP 02, 03 04 e 19.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de firmas para as providências. complementares.
Em, 1° de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 8.138/75
Interessado: MANIL — Contruções Indústria e Comércio Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aqusição de materiais classificáveis no GMC- 25 e prestação de serviços constantes dos GS — 16, 24 e 32.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 1° de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro-Suplente

Processo n°: 18.740/74
interessado: Madeireira Central Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Sebastião Ester de Carvalho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis no GMC— 26.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro

Processo n°: 56.542/69
Interessado: Sandoz Brasil S.A. - Anilinas, Produtos Químicos e Farmacêuticos
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Sebastião Ester de Carvalho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 31.12.75, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC — 08 e 09.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo n°: 32.565/75
Interessado: Alumínio Irajá Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada apresente uma declaração de capacidade técnica, em substituição a fornecida pelo Hospital Oswaldo Cruz, uma vez que referida entidade não é considerada órgão público.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro-Suplente

Processo n.° 27.464/75
Interessado: National do Brasil Comercial Ltda.
Assunto: Revalidação de Certificado
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 10 de setembro de 1976, data em que expira o mandato de procurador nomeado por representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-05, 11 e 22, GEI-01, 03 e 06; e prestação de serviços constantes dos GS-10 e 25.
Não considerados os GMK-15 e 19; GE-05 e 09 e GS-39, por não guardarem conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.° 27.097/75
Interessado: Governo do Distrito Federal — SEG
Assunto: Aquisição de Material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite n.° 302/75-SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pela revogação do presente Convite com base no Subitem 4.1 das Condições Gerais.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.° 28.412/74
Interessado: SERGEL — Serviços Gerais de Eletricidade Ltda.
Asunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Joãb Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 02 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-11, 25; GEI-03, 05 e 07.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n.° 40.884/66
Interessado: Indústrias "Peteco-Nicoli" S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 20.11.76, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis no GMC-15.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1975

JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
membro

OSMAR BARROS BARATA
membro

TIBAGY DE CASTILHO
membro

SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
membro suplente

Processo n°.: 33.097/75
Interessado: Carvalho de Moraes e Cia. Ltda.
Assunto: Solicita retificação de Nota de Empenho
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, reconhecendo o equívoco havido quando do julgamento do Convite n°. 239/75—SPC—DC, DECIDE:
1. considerar fora de especificações a proposta da firma Carvalho de Moraes e Cia. Ltda., para o item 36;
2. determinar o cancelamento do item 36 da Nota de Empenho n°. 158/75—SEC, emitida em decorrência do julgamento do Convite acima mencionado.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral — SEC, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro suplente

Processo nº.: 32.963/75
Interessado: IGB — Control Telecomunicações S.A.
Assunto: Prorrogação de prazo para entrega de material
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a prorrogação do prazo para a entrega do material constante da Nota de Empenho nº. 799/75—DPC, até o dia 30.11.75, ficando suspensa a contagem do prazo até que os veículos sejam liberados pelo GAG.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 32.489/75
Interessado: Governo do Distrito Federal - DAG/SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Tibagy de Castilho
Julgamento de Licitação: Convite nº. 309/75—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:
1. considerar fora de especificação as propostas das firmas seguintes, para os itens mencionados: Comercial de Madeiras e Compensados Ltda., item 14; Madeireira Cedro Ltda., itens 1º., 4º., 5º., 15., 16, 18 e 19; Madeireira Tavares Ltda., itens 1º. e 3º.; Mareisa S. A. Comércio e Indústria, itens 6º. e 7º.;
2. não considerar a proposta da firma Mareisa S.A. Comércio e Indústria, para o item 1º.;
3. prejudicar o item 14;
4. ADJUDICAR o fornecimento do material na forma seguinte:
Depósito de Madeira Leal Ltda. - itens 1º. e 19;
Irmãos Sebba Ltda. - itens 13, 18 e 20;
Madeireira Cedro Ltda. - itens 10, 11 e 12;
Madeireira Tavares Ltda. - itens 6º., 7º., 15 e 16;
Madeireira Zacarias Comércio e Industria Ltda. - item 17;
Mareisa S. A. Comércio e Indústria - itens 2º., 3º.: 4º.: 5º.: 8º e 9º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para empenhar a despesa.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 31.319/75
Interessado: Artes Gráficas Pontual Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comisão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após cumprimento da diligência ordenada por esta Comissão na 1.292ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-01 e prestação de serviços constantes do GS-02.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVERIA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 42.094/66
Interessado: Sylvio Sciumbata e Filhos Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC—02 e 15 e GMP-16.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº.: 30.851/75
Interessado: Governo do Distrito Federal — CSTI/SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Osmar Barros Barata
Julgamento de Licitação: Convite nº. 293/75—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de sua atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:
1. considerar fora de especificação as propostas das firmas Ryfax Comércio de Máquinas e Artigos para Escritório Ltda., Jawa Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda. e Papelaria Asa-Sul Comércio e Indústria Ltda.;
2. aproveitar a proposta da firma Companhia Industrial Zornite Equipamentos de Gerência;
3. ADJUDICAR o fornecimento do material à firma Companhia Industrial Zornita Equipamentos de Gerência.
Publique-se e encaminhe-e à Divisão de Programação e Controle, para empenhar a despesa.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Prêsidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 32.304/75
Interessado: Cia. Yanmar - Distribuidora de Máquinas
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenario da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC-05, GEI—08 e 13.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 29.990/75
Interessado: Supermercados Pão de Açucar S.A.
Assunto: Prorrogação de prazo para entrega de material
Relator: Tibagy de Castilho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a prorrogação, em 10 (dez) dias, do prazo para a entrega do material constante da Nota de Empenho nº. 826/75—DPC, emitida em nome da firma Supermercados Pão de Açucar S.A.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 28.202/75
Interessado: Governo do Distrito Federal - SEC
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Tibagy de Castilho
Julgamento de Licitação: Convite nº. 301/75—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:
1. prejudicar os itens 5º., 15, 16 e 17;
2. ADJUDICAR o fornecimento do material na forma seguinte:
CADIB DE BRASILIA — Material de Construção Ltda. - itens 1º., 2º., 6º., 8º., 9º., 10, 11, 12, 13, 19 e 20;
Real Tintas Ltda. - itens 3º., 4º., 7º., 14 e 18.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral da SEC, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 32.408/75
Interessado: Valeparaibana de Embalagens e Produtos Hospitalares Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Sebastião Ester de Carvalho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis no GMC—09.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 28.359/73
Interessado: Didacta Sistemas Educacionais S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Sebatião Ester de Carvalho

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com validade até 31.03.76, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC—02 e 19, GEI—07 e 09 e GMP—01, 06, 07, 19 e 21.
Não considerado o GMP—20, por não guardar conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente

Processo nº.: 32.190/75
Interessado: Labormax - Produtos Químicos Indústria e Comércio Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada atenda as seguintes exigências:
1. junte as alterações contratuais, em que se deliberou sobre a admissão dos sócios Giuseppe Mario Prior, José Escodro Neto e Osvalte Juraci Nogueira e a mudança de endereço da sede social;
2. apresente nova declaração de capacidade técnica, que conste corretamente o endereço da sede da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 24 de novembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
SEBASTIÃO ESTER DE CARVALHO
Membro Suplente.

Processo nº: 33.231/75
Interessado: Sociedade de Construção e Comércio Kolumbia Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, contado da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aqusição de materiais classificáveis nos GMC - 25, 26 e 27 e prestação de serviços constantes dos GS — 32 e 33.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 33.229/75
Interessado: Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S.A.
Assunto: Tomada de Preços nº 32/75—SEA
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a Divisão de Programação e Controle, a deduzir do valor da Nota de Empenho nº 483/75 —DPC a imporzância de Cr$ 8.530,00 (oito mil, quinhentos e trinta cruzeiros), passando o seu valor total para Cr$ 144.598,20 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito ccruzeiros e vinte centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, e a seguir, à Divisão de Compras
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro-Suplente

Processo n°: 33.076/75
Interessado: SOMAI — Consultoria de Sistemas e Empreendimentos Ltda.
Assunto Inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para prestação de serviços constantes dos GS — 15, 20 e 21 .
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro - Suplente

Processo n°: 18.170/772
Interessado: COCISAN Agro-Comercial Construção Civil e Sanitária Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para prestação de serviços classificáveis nos GS— 04, 10, 16, 24, 32 e 33.
Não considerado o GS-06, por não guardar conformidade com o seu objetivo social.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Lucitaçãb
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro-Suplente

Processo N°: 26.042/75
Interessado: Organização Saturno de Serviços Gerais Ltda
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para prestação de serviços classificáveis nos GS- 24, e 40.
Não considerados os GMC- 03 e GS-30, por não guardarem conformidades com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVERIA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 31.932/75
Interessado: SONORTE BRASILIA - Construções e Montagens Ltda
Assunto: Inclusão de grupos
Relator: Jorge Caetano
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, incluindo-a, também, como apta a participar de Tomadas de Preços para prestação de serviços constantes do GS-24, Não considerado o GS-32, por não guardar conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo N°: 31.966/75
Interessado: Governo do Distrito Federal - CSM-SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite n° 303/75-SPC-DC
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:
1. considerar fora de especificação a proposta da firma Tilibra SA. Comércio e Indústria Gráfica;
2. ADJUDICAR o fornecimento do material à firma Carvalho de Moraes e Cia. Ltda;
Publique-e e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para empenhar a despesa.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANOo
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo N°: 31.081/75
Interessado: SERCOL - Serviços de conservação e Limpeza Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Tibagy de Castilho
O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada apresente nova fotocópia da declaração de idoneidade financeira, devidamente autenticada.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de firmas, para as providências complementares.
Em, 1° de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 32.480/75
Interessado: Administração do Setor Residencial Indústrial e Abastecimento ASRIA
Assunto: Aquisição de Material - Convite n° 304/75- SPC- DC
Relator: Osmar Barros Barata
O Plenário da Comissao de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide aceitar a proposta da firma Cimento Tocantins S.A. reduzido o valor unitário para Cr$23,22.32, entendendo-se a retirada no pátio da firma.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 40.282/75
Interessaddo: "Mundial Comércio e Representações de Máquinas Limitada"
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC- 03, 05, 10, 11 e 27 e GEI-03.
Não considerados os GMC- 13 e GMP- 13, por não guardarem conformidade com o seu objetivo social.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES E OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo nº: 23.154/70
Interessado: IBRAMACO - Indúsria Brasiliense e Materiais de Construção e Obras Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de tomadas de Preços para aquisição de materiais classificávei nos GMC- 25 e 26 e prestação de serviços do GS-24.
Não considerados, o GMP- 19 e a fabricação de carrocerias de madeira para caminhão, por não guardarem conformidade com o seu objetivo social.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo n°: 33.057/75
Interessado: MICROBRAS - Centro de Microfilmeagem do Brasil Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para a prestação de serviços constantes do GS-25.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 0 5 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro suplente

Processo N°: 20.161/75
Interessado: Trindade Nelson Confecções Ltda
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, resolve, baixar o processo em diligência, a fim de que a interessada apresente novo instrumento de procuração constituindo procurador residente no Distrito Federal.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo N°: 50.999/69
Interessado: FORMED- Fornecedora de Material Médico e Científico S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GEI- 04 e 07.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo N°: 17.087/68
Interessado: MOVMAQ - Móveis e Máquinas Ltda
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado com o prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para aquisição de materiais classificáveis nos GMC- 20, GEI- 01 e 03 e GMP- 02, 16 e 19.
Não considerados os GS-35 e 36, por não guardarem conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

Processo N°: 32.896/75
Interessado: Almoxarifado Central
Assunto: Of. n° 033/75—AC (NE N° 716/75—DPC)
Relator: Jorge Caetano
O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a prorrogação, "ex offício", do prazo para a entrega do material constante da

Nota de Empenho nº 716/75-DPC, emitida em nome da firma GIMBA - Indústria e Comércio de Papéis Ltda até 22.10.75 ficando a mesma sujeita às penalidades previstas.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências complementares.
Em, 05 de dezembro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS

Atos do Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 10/75—CSTI

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 38, inciso II, do Decreto nº. 2978, de 14 de agosto de 1975, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Administração,

RESOLVE:

1. Determinar que os veículos auto-motores pertencentes à Administração Centralizada do Distrito Federal, sejam periodicamente, submetidos à revisão geral, nas oficinas da Coordenação do Sistema de Transportes Internos.
2. A revisão de que trata o item anterior será efetuada de acordo escala organizada pela Divisão de Oficinas - da Coordenação do Sistema de Transportes Internos e publicada no "DISTRITO FEDERAL", devendo a mesma repetir-se dentro de um período mínimo de 80 dias e máximo de 180 dias.
3. Aos Agentes Setoriais de Transportes, a quem compete zelar pela fiel observância da escala de revisão, cabe encaminhar seus veículos à Coordenação do Sistema de Transportes Internos, nos dias determinados acompanhados das respectivas ordens de serviço nas quais será obrigatório constar.
a) No campo "defeitos imprevistos ou serviços adicionais" - a expressão: "REVISÃO PERIODICA".
b) no campo "irregularidades observadas", os defeitos constatados.
4. Quando na revisão forem constatados defeitos que impeçam o perfeito funcionamento do veículo, este ficará retido na Coordenação do Sistema de Transportes Internos, para os reparos que se fizerem necessários.
5. A Coordenação do Sistema de Transportes Internos relacionará até o dia 20 de cada mês, os veículos, que no mês subsequente, deverão ser submetidos à revisão, indicando na relação, o órgão a que pertence e o dia em que deverá comparecer.
6. Será suspenso o abastecimento do veículo que sem causa justificada deixar de se apresentar para revisão, no dia estabelecido.
7. O disposto no item anterior não se aplica aos veículos de representação.

8. Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação revogada a Ordem de Serviço nº. 16/70—CST, de 25 de maio de 1970.

JOSÉ PIRES DE AGUIAR NETTO
Coordenador do Sistema de Transportes Internos

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

TIBAGY DE CASTILHO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro Suplente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DESPACHOS

Processo nº: 069508/75-GDF
Interessado: Colégio Equipe
Assunto: Suspende a autorização de funcionamento do Colégio Equipe, determina o recolhimento do acervo escolar ao DIE, e dá outras providências.
HOMOLOGO o Parecer Conjunto nº 94/75- CEDF, de 17/12/75, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária da mesma data, cuja conclusão consta do seguinte teor:
"Face ao exposto, e tendo em vista as falhas e erros ocorridos, os quais poderiam ter sido evitados se fossem atendidas as orientações deste Colegiado e as observações do DIE/SEC a constatação de incapacidade financeira, e a situação irregular perante a Comissão de Encargos Educacionais, sejam adotadas as seguintes medidas administrativas, após o encerramento do atual ano letivo, que se fixa como limite máximo para o dia 23/12/75:
a) Considerar suspensa a autorização de funcionamento até que o Colégio defina claramente as experiências pedagógicas que pretende implantar e seus objetivos: e obtenha prévia autorizaçao do CEDF para realizalas;
b) Mandar recolher ao DIE/SEC, até o dia 31/12/75 o acervo escolar, de acordo com o item "a".
c) Só permitir ao Colégio reinício de suas atividades após a satisfação do contido na alínea "a", devendo a solicitação vir sob a forma de pedido novo para o qual não deverá ser expedida a autorização precária.
d) O DIE, de posse do acervo, da escola, e mediante exame do mesmo, expedirá a documentação que se fizer necessária no sentido de salvaguardar a vida escolar dos alunos;
e) O DIE, apresentará ao CEDF as sugestões que julgar oportunas para sanar as irregularidades ocorridas, que excederem da própria competência".
Em, 26/12/75.
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

Processo nº: 059008/75-GDF
Interessado: Maria de Lourdes Lourenço
Assunto: Aprova a indicação da Professora Maria de Lourdes Lourenço, para exercer a título precário a função de Diretora da Escola "Stella Maris".
HOMOLOGO o Parecer nº 77/75-CEDF, de 02/12/75, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é do seguinte teor:
"1. Seja aprovado a indicação da Professora Maria de Lurdes Lourenço, para exercer, a título precário a função de Diretora da Escola "Stella Maris".
2. Seja concedido, à citada Professora o prazo de 3 anos, para habilitar-se nos Termos da Legislação em vigor.
3. O Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal deva orientar os Diretores de Escolas de 1º e 2º Graus do DF, que exerçam a função, a título precário, no sentido da observância do prazo concedido por este Colegiado, para sua habilitação específica, nos termos da regulamentação vigente.
4. O não cumprimento do item 2 obriga a entidade mantenedora a substituir o ocupante por pessoa legalmente habilitada".
Distrito Federal, 23 de dezembro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Parecer Conclusivo nº 86/75
Aprova anuidades escolares da Sociedade Civil de Educação Denise, referentes ao exercício de 1975 (processo nº 069863/75/GDF)

A Comissão de Encargos Educacionais em 11/12/75, examinou a proposta de reajuste de anuidades da Sociedade Civil de Educação Denise, , tendo em vista a Resolução nº 01/75 CEDF, aprovou as seguintes anuidades reajustadas em 30%.
a) para Material, no valor de Cr$668,34 (seiscentos e sessenta e oito cruzeiros e trinta e quatro centavos)
b) para Jardim de Infância, no valor de Cr$715,00 (setecentos e quinze cruzeiros)
Brasília, 11 de dezembro de 1975
Eudaldo Silva Lima
Presidente
Lourival Vieira Fernandes
SUNAB
José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE
Paulo Calante
CNTEE
Aprovado na CEnE
em 11/12/75, e em
Plenário em 16/12/75
Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF
José Durval de Araújo Lima
DIE

ATOS DO SECRETÁRIO

Isis de Maria Lopes Guimarães Ferreira
DIE
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 81/75-CEnE

Aprova anuidades escolares do Centro Educacional pré-Universitário de Brasília, referentes ao exercício de 1975 (processo n.º 060416/75-GDF)

À COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS em 04/12/75 examinou a proposta de reajuste de anuidades do Centro Educacional Pré-Universitário de Brasília, e tendo em vista a Resolução n.º 01/75-CEDF, aprovou as seguintes anuidades:
a) para 1.ª série do 2.º grau. no valor de Cr$5.500,00(cinco mil e quinhentos cruzeiros) pelo total de 50 créditos, correspondendo cada crédito de 16 horas-aula a Cr$ 110,00 (cento e dez cruzeiros).
b) para 2.ª série do 2.º ciclo, no valor de Cr$ 5.184,92 (cinco mil, cento e oitenta e quatro cruzeiros e noventa e dois centavos), reajustada em 30%.
c) para 3.ª série do 2.º ciclo, no montante de Cr$ 4.695,60 (quatro mil, seiscentos e noventa e cinco cruzeiros e sessenta centavos).
A Comissãzo de Encargos Educacionais notificou ao estabelecimento que deve o mesmo alterar os termos do modelo do contrato para compatibilizá-lo com as conveniências de sua clientela.
Brasília, 04 de dezembro de 1975
Eudaldo Silva Lima
Presidente
Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE

Paulo Galante
CNTEE

Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araujo Lima
DIE

Isis Maria Lopes de Guimarães
Ferreira
DIE

Aprovado na CEnE em 04/12/75 e em Plenário em 9/12/75

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 72/75

Altera anuidades escolares do Colégio Madre Carmen Salles, referentes ao exercício de 1975 (processo n.º 067676/75-GDF).

A Comissão de Encargos Educacionais em 13/11/75, examinou e aprovou a proposta do Colégio Madre Carmen Salles, para que se inclua nas anuidades de Jardim de Infância e 1.ª a 4.ª séries: aprovadas pelo Parecer Conclusivo n.º 22/75-CEnE, a "taxa de policiamento particular" que, por lapso, deixou de ser solicitada pelo Estabelecimento na época oportuna.
Com a inclusão na anuidade da Taxa de Policiamento, ficam alterados os valores pelo Parecer Conclusivo n.º 22/75-CEnE, que passam a ser os seguintes:
a) para Jardim de Infância o valor de Cr$ 1.251,40 (um mil, duzentos e cinquenta e um cruzeiro e quarenta centavos).
b) para o 1.º Grau de 1.ª a 4.ª séries Cr$ 1.201,24 (hum mil, duzentos e um cruzeiros e vinte e quatro centavos).

Brasília, 13 de novembro de 1975

Eudaldo Silva Lima
Presidente

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE

Paulo Galante

Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araújo Lima
DIE

Aprovado na CEnE em 13/11/75, e em plenário em 02/12/75

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 88/75-CEnE

Aprova anuidade escolar do TOCA Centro de Treinamento e Orientação Psicopedagógico para crianças e adolescentes referente ao exercício de 1975 (Processo n.º 065952/75—GDF).

A Comissão de Encargos Educacionais, reunida em 11/12/75, examinou a primeira proposta de anuidade, para internato, do TOCA — Centro de Treinamento e Orientação Psicopedagogico para Crianças e Adolescentes e nos termos do artigo 13 da Resolução n.º 34/74-CFE, aprovou a anuidade no valor de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Brasília, 11 de dezembro de 1975.

Eudaldo Silva Lima
Presidente

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE

Paulo Galante
CNTEE

Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araújo Lima
DIE

Isis de Maria Lopes Guimarães
Ferreira
DIE

Aprovado na CEnE
em 11/12/75, e em Plenário em 16/12/75.

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 84/75-CEnE

Aprova anuidades escolares do Instituto Nossa Senhora do Brasil referente ao exercício de 1975 (processo n.º 066435/75-GDF).

A Comissão de Encargos Educacionais, reunida em 13/11/75, examinou o pedido de reajuste de anuidade do Instituto Nossa Senhora do Brasil e nos termos do artigo 1.º da Resolução n.º 34/74-CFE, aprovou as seguintes anuidades:
a) para o regime de internato, no valor de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros);
b) para o regime de externato, no valor de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

Brasília, 13 de novembro de 1975

Eudaldo Silva Lima
Presidente

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE

Paulo Galante
CNTEE

Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araújo Lima
DIE

Aprovado na CEnE
em 13/11/75 e em Plenário em 16/12/75.

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 87/75-CEnE

Aprova anuidade escolar do Jardim de Infância e Escola Maternal "O Reizinho" referente ao exercício de 1975 (processo n.º 070347/75—GDF),

A Comissão de Encargos Educacionais, reunida em 11/12/75, examinou o pedido de reajuste de anuidade para o curso Maternal e Jardim de Infância do Jardim de Infância e Escola Maternal "O Reizinho" e baseando-se no índice de defasagem de 201%, aprovou a anuidade de Cr$ 1.110,86 (hum mil, cento e dez cruzeiros e oitenta e nove centavos), reajustada em 30,69% por estar de acordo com a Resolução n.º 01/75-CEDF.

Brasília, 11 de dezembro de 1975

Eudaldo Silva Lma
Presidente

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE
Paulo Galante
CNTEE
Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araújo Lima
DIE

Isis de Maria Lopes Guimarães Ferreira
DIE

Aprovado na CEnE
em 11/12/75 e em PLenário em 16/12/75

Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Parecer Conclusivo n.º 83/75-CEnE

Aprova anuidade escolar do Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni referente ao exercício de 1975 (processo n.º 064516/75-GDF)

A Comissão de Encargos Educacionais, reunida em 13/11/75, examinou o pedido de reajuste de anuidade do Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni e nos termos do artigo 13 da Resolução n.º 34/74-CFE, aprovou as seguintes anuidades:

a) para o regime de internato no valor de Cr$ 17.000,00 (dezessete mil cruzeiros);
b) para semi-internato no valor de Cr$ 11.0000,00 (onze mil cruzeiros).
c), para externato, Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Brasília, 13 de novembro de 1975

Eudaldo Silva Lima
Presidente

Lorival Vieira Fernandes
SUNAB

José Teixeira da Costa Nazareth
AEPE

Paulo Galante
CNTEE

Ayrton Pinheiro de Almeida
UNAF

José Durval de Araújo Lima
DIE

Aprovado na CEnE
em 13/11/75 e em Plenário em 16/12/75.

Anna Bernardes da S. Rohca
Presidente

FUNDAÇAO EDUCACIONAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇAO
DIVISÃO DE PESSOAL
ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1°., e tendo em vista o que consta do processo n°. 45293/75—FEDF,

RESOLVE:

Reconhecer a validade dos atos praticados pela servidora NUNCIATA LUZIA GOMES PERES, Técnico, em Assuntos Educacionais, nível NS. 718.4, matrícula 3474, do Quadro de Pessoal do DF, no período de 10/06/75, até a presente data, quando respondendo pela Direção da Escola Classe 114 Sul.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração-Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra 'e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 139/75—FEDF e do processo n°. 44247/75—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar RAIMUNDA LIMA DE PAULA TEIXEIRA, Professora do Ensino Elementar, Classe "D", inscrição n°. 80.775, do Emprego em Comissão, símbolo EC-11, de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino de 1°. Grau n°. 06 de Taguatinga, do DE—1°. Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designada para exercer outro Emprego em Comissão, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 139/75—FEDF e do processo n°. 44247/75—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar VELUZIA BENJAMIM CAMPOS SALES, Professora do Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 88.691, do Emprego em Comissão, símbolo EC—12, de Chefe de Setor de Zeladoria, do Centro de Ensino de 1°. Grau n°. 03 do Guará I, do DE—1°. Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designada para exercer outro Emprego em Comissão, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 145/75—FEDF e do processo n°. 44582/75—FEDF,

RESOLVE:

Designar VELUZIA BENJAMIM CAMPOS SALES, Professora do Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 88.691, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—09, de Assistente do Centro de Ensino de 1°. Grau, n°. 03 do Guará, do DE—1°. Grau, da DGP/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 45293/75—FEDF,
RESOLVE:

Designar LYDIA DIGLIO CARDOSO, Técnico em Assuntos Educacionais, nível NS. 718.4, matrícula 3069, do Quadro de Pessoal do DF, para responder pela Direção da Escola Classe 107 Sul.

Distrito Federal, 19 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 45293/75—FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIA TEREZA DE MEDEIROS FALCAO, Técnico em Assuntos Educacionais, nível NS. 718.4, matrícula 3312, do Quadro de Pessoal do DF, para responder pela Direção do Jardim de Infância 308 Sul.

Distrito Federal, 19 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo n°. 44752/75—FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 28/01/75, que designou THEREZINHA LUZIA DE JESUS OUTEIRO A. LIMA, Professora do Ensino Médio, nível MGI. 02.19, matrícula 8586, do Quadro Permanente de Pessoal do DF, de substituto eventual do Chefe de Seção de Assistência Administrativa aos Estabelecimentos da Divisão de Apoio do DE-2°. Grau, da DGP/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 22 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I, n°. 139/75—FEDF e do processo n°. 44302/75—FEDF,

RESOLVE:
Designar MARIA JOSÉ CARDOSO, Professora do Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "A", inscrição n°. 90.273, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—11, de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino de 1°. Grau n°. 07 da Ceilândia, do DE—1°. Grau, da DGP/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 17 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975-

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 145/75—FEDF, e do processo n°. 44501/75—FEDF,

RESOLVE:

Designar FLORINDA DA ROCHA REIS, Professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula 4944, do Quadro de Pessoal do DF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—07, de Diretor do Ginásio de Taguatinga Sul do DE-2°. Grau, da DG/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 17 de dezembro de 1975.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 146/75—FEDF, e do processo n°. 45264/75—FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Instrução de 14/06/74, que designou IZABEL MARIA DE FARIA BRIGAGAO, Assessor de Administração, inscrição n°. 89.175, de substituto eventual do Chefe da Seção de Cadastro Geral, símbolo EC—08, da Divisão de Pessoal do DA, da DGA/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração -Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, n°. 28, letra 'e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. n°. 128/75—FEDF e do processo n°. 43046/75—FEDF,
RESOLVE:
Dispensar LINDA MAMERI CALCAGNO, Professora do Ensino Elementar, Classe "C", inscrição n°. 87.536, do Emprego em Comissão, símbolo EC—13, da Vice-Diretor de Escola Classe, Rural ou Jardim de Infância de mais de 18 classes, do DE-1°. Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designada para exercer outro Emprego em Comissão, a contar de 05/12/75

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor-Geral de Administração Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. nº. 128/75—FEDF, e do processo nº. 43046/75—FEDF,

Designar LINDA MAMERI CALCAGNO, Professora do Ensino Elementar, Classe "C", inscrição nº. 87.536, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—10, de Diretor de Escola Classe, Rural ou Jardim de Infância de mais de 18 classes, do DE-1º. Grau, da DGP/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração
Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 45293/75—FEDF,

RESOLVE:

Reconhecer a validade dos atos praticados pela servid[illegible] LYDIA DIGLIO CARDOSO [illegible]ecnico em Assuntos Educacionais, nível NS. 718.4, m[illegible]ula 3069, do Quadro de Pessoal do DF, no período de 10/06/75, até a presente data, quando respondendo pela Direção da Escola Classe 107—Sul.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração
-Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra 'e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. nº. 145/75—FEDF e do processo nº. 44582/75—FEDF,

RESOLVE:

Designar JOAO EUDES SANTOS DOURADO, Assistente de Administração, inscrição nº. 85.507, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—12, de Chefe de Setor de Zeladoria do Centro de Ensino de 1º. Grau, nº. 03 do Guará, do DE-1º. Grau, da DGP/FEDF a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA.
Diretor Geral de Administração
-Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do processo nº. 45293/75—FEDF,

RESOLVE:

Reconhecer a validade dos atos praticados pela servidora MARIA TEREZA DE MEDEIROS FALCAO, Técnico em Assuntos Educacionais, nível NS. 718.4, matrícula 3312, do Quadro de Pessoal do DF, no período de 10/06/75 até a presente data, quando respondendo pela Direção do Jardim de Infância 308—Sul.

Distrito Federal 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor Geral de Administração
-Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17.09.75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do O.I. nº. 139/75—FEDF e do Processo nº. 44304/75 FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA, Professora do Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "A", inscrição nº. 93.871, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—12, de Chefe de Setor de Audiovisual do Centro de Ensino de 1º. Grau nº. 06 da Ceilândia, do DE—1º. Grau, da DGP/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor - Geral de Administração
-Respondendo-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇAO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução de Serviço de 17/09/75, nº. 28, letra "e", item 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 44780/75—FEDF,

RESOLVE:

Designar MARIA GILDA DE PINHO RODRIGUES, Professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula 3181, do Quadro de Pessoal do DF, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Chefe da Seção de Orientação às Bibliotecas Especiais, da Divisão de Bibliotecas do DEC, símbolo EC—07, da DG/FEDF, a contar de 05/12/75.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1975
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Diretor-Geral de Administração
-Respondendo-

SECRETARIA DE SAÚDE

DIVISAO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇAO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

BOLETIM Nº. 34/76—SP—SES em 20.01.76

FALTAS RELEVADAS — Art 123 da Lei 1711/52

Servidor: Nair Santa Rios
Matrícula: 5.419
Atestado: 3878/75—SM—CSP—SEA
Período: 15.12.75 a 17.12.75

Servidor: Pedro Cândido Pereira
Matrícula: 11.281
Atestado: 3864/75—SM—CSP—SEA
Período: 12.12.75 a 14.12.75

LICENÇA TRATAMENTO SAUDE — Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Luiz José da S. Neiva
Matrícula; 5.192
Atestado: 1952/75—BM—HDB
Período: 17.12.75 a 30.12.75
OBS.: os dias 17, 18 e 19.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Luiza R. de Faria Franco
Matrícula: 5.205
Atestado: 3832/75—SM—CSP—SEA
Período: 19.12.75 a 02.01.76
OBS.: os dias 19, 20 e 21.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Valdelice Barros da Silva
Matrícula: 5.600
Atestado: 1939/75—BM—HDB
Período: 15.12.75 a 29.12.75
OBS.: os dias 15, 16 e 17.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Ercília de Lima Silva
Matrícula: 5.826
Atestado: 1944/75— BM—HDB
Período: 05.12.75 a 03.01.76
OBS.: os dias 05, 06 e 07.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Elza Calazans Alvarenga
Matrícula: 5.839
Atestado: 3863/75—SM—CSP—SEA
Período: 11.12.75 a 14.12.75
OBS.: os dias 11,12 e 13.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Antonio M. dos Santos
Matrícula; 6.072
Atestado: 3862/75—SM—CSP—SEA
Período: 28.11.75 a 11.12.75
OBS.: os dias 28,29 e 30.11.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Adelia Vilar Dantas
Matrícula: 6.152
Atestado: 1945/75—BM—HDB
Período: 20.12.75 a 26.12.75.
OBS: os dias 20, 21 a 22. 12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Joana Avelar de Carvalho
Matrícula: 6.716
Atestado: 3871/75—SM—CSP—SEA
Período: 01.12.75 a 14.01.76
OBS.: os dias 01, 02 e 03.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123, da Lei 1711/52

Servidor: Albino Dias da Silva
Matrícula: 11.059
Atestado: 3853/75—SM—CSP—SEA
Período: 04.12.75 a 02.01.76
OBS.: os dias 04, 05 e 06.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Afra de Jesus Oliveira
Matrícula: 11.636
Atestado: 1953/75—BM—HDB
Período: 29.12.75 a 28.01.76
OBS.: os dias 29, 30 e 31.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123, da Lei 1711/52

Servidor: Marilene de Souza Silva
Matrícula: 11.678
Atestado: 1951/75—BM—HDB.
Período: 19.12.75 a 28.12.75
OBS.: os dias 19, 20 e 21.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Francisca de Jesus
Matrícula: 12.188
Atestado: 3825/75—SM—CSP—SEA
Período: 15.12.75 a 13.01.76
OBS.: os dias 15,16 e 17.12.75, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

PRORROGAÇAO LICENÇA TRATAMENTO SAUDE — Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Dolores A. Pereira
Matrícula: 5.275
Atestado: 1955/75—BM—HDB
Período: 26.12.75

Servidor: Mª. de Lourdes P. Carvalhães.
Matrícula: 5.326
Atestado: 1954/75—BM—HDB
Período: 26.12.75 a 24.01.76

Servidor: Fleuripes R. Calvão
Matrícula: 5.801
Atestado: 1943/75—BM—HDB
Período: 21.12.75 a 23.12.75

Servidor: Eva Candida G. Peres
Matrícula: 5.815
Atestado: 3876/75—SM—CSP—SEA
Período: 19.12.75 a 21.12.75

Servidor: Antonia G. França
Matrícula: 6.089
Atestado: 1942/75—BM—HDB
Período: 19.12.75 a 28.12.75

Servidor: Maria Lima Costa
Matrícula: 6.689
Atestado: 1949/75—BM—HDB
Período: 19.12.75 a 20.12.75

Servidor: Mª. da Glória M. Guilhon
Matrícula: 6.955
Atestado: 1948/75—BM—HDB
Período: 12.12.75

Servidor: Mª. da Glória M. Guilhon
Matrícula: 6.955
Atestado: 1947/75—BM—HDB
Período: 15.12.75 a 22.12.75

Servidor: Dariza Leal da Rosa
Matrícula: 6.956
Atestado, 1941/75—BM—HDB
Período: 19.12.75.

Servidor: Heleno Martins de Oliveira
Matrícula: 7.758
Atestado: 3875/75—SM—CSP—SEA
Período: 23.12.75 a 25.12.75

Servidor: Nazareth D. de Carvalho
Matrícula: 8.594
Atestado: 1956/75—BM—HDB
Período: 26.12.75

PRORROGAÇAO LICENÇA TRATAMENTO SAUDE — Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Aurea Isabel M. Rocha
Matrícula: 4.710
Laudo: 3394/75—SM—CSP—SEA
Período: 17.12.75 a 31.12.75

Servidor: Iracema Spuza Amaral
Matrícula: 5.903
Laudo: 3387/75—SM—CSP—SEA
Período: 01.12.75 a 31.12.75

Servidor: José Joza de Melo
Matrícula: 9.418
Laudo: 3369/75—SM—CSP—SEA
Período: 22.11.75 a 20.01.76

Servidor: Sizenando de S. Vieira
Matrícula: 11.681
Laudo: 3395/75—SM—CSP—SEA
Período: 07.12.75 a 04.02.76

Servidor: Pedro Manoel da Ponte
Matrícula: 2.209.463
Laudo: 3389/75—SM—CSP—SEA
Período: 18.12.75 a 14.02.76

LICENÇA MOTIVO DOENÇA PESSOA DA FAMÍLIA — Art. 106 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Antonieta P. Albuquerque
Matrícula: 5.243
Atestado: 1940/75—BM—HDB
Período: 10.12.75 a 14.12.75

Servidor: Mª. Antonieta P. Albuquerque
Matrícula: 5.243
Atestado: 1950/75—BM—HDB
Período: 15.12.75 a 22.12.75

Servidor: Maria Odete Motta
Matrícula: 5.352
Atestado: 3854/75—SM—CSP—SEA
Período: 24.11.75 a 01.12.75

Servidor: Aparecida Mª. de S. Marques
Matrícula: 6.060
Atestado: 3806/75—SM—CSP—SEA
Período: 15.12.75 a 19.12.75

Servidor: Altamara M. da Silva
Matrícula: 6.124
Atestado: 1957/75—BM—HDB
Período: 28.12.75

LICENÇA A GESTANTE — Art. 107 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Angélica N. Brito

Matrícula: 5.241
Atestado: 3877/75—SM—CSP—SEA
Período: 22.12.75 a 21.04.76

Servidor: Darcy de Souza Abreu
Matrícula: 7.518
Atestado: 1938/75—BM—HDB
Período: 12.12.75 a 11.04.75

LICENÇA DE "NOJO", Art. 153, ítem II da Lei 1711/52

Servidor: Clarice Pontes de Oliveira
Matrícula: 5.981
Período: 18.12.75 a 25.12.75

OBS.: Falecimento do espôso, ocorrido em 18.12.75, conforme C. de Óbito apresentada.

Brasília, 02 de janeiro de 1976

ADALGISA FRANCO OLIVEIRA
Chefe da Seção de Pessoal

ATAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SENHOR JOSÉ DINIZ DA SILVA, OBJETIVANDO O RESSARCIMENTO PELO SEGUNDO PARA O PRIMEIRO, DOS DANOS CAUSADOS AO VEICULO, MARCA VOLKSWAGEN, TIPO SEDAN, PLACA — TX-1760/DF, DE PROPRIEDADE DO SENHOR EDWALDO ANTONIO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 26 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Técnico em Tributação, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo n.º 21.385/73, e, do outro lado, o Senhor - JOSÉ DINIZ DA SILVA, brasileiro, casado, Funcionário Público, matrícula 2687 residente e domiciliado nesta capital, condutor do veículo marca Mercedes-Benz, tipo Caminhão, placa CM—0637/DF, de propriedade do Distrito Federal, resolvem firmar o presente termo de transação, tendo por objeto resolver, quaisquer pendências relativas ao acidente de tráfego, ocorrido no dia 19 de outurbro de 1973, na Av W/2 — Quadra 506, envolvendo os veículos marca Mercedes-Benz, tipo Caminhão, placa CM—0637/DF, de propriedade do Distrito Federal, a serviço do SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA, conduzido pelo senhor JOSÉ DINIZ DA SILVA, e o veículo marca Volkswagen, tipo Sedan, placa TX—1760/DF, de propriedade do senhor EDWALDO ANTONIO, brasileiro, casado, motorista profissional, residente e domiciliado nesta capital, mediante as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA** — O Senhor EDWALDO ANTONIO, aceita os termos desta transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I) não pleitear em juízo ou fora dele, qualquer direito referente ao fato gerador deste ajuste; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo Distrito Federal, no valor de Cr$819,80 (oitocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), **CLAUSULA SEGUNDA** — O Senhor JOSÉ DINIZ DA SILVA, igualmente aceita o presente instrumento, obrigando-se a: I) não demandar em juízo sobre qualquer direito vinculado ao acidente; II) aceitar o valor da indenização paga pelo Distrito Federal, acrescido dos juros legais e ressarci-la integralmente. **PARAGRAFO UNICO** — O valor da indenização já acrescida de juros legais é de Cr$ 860,80 (oitocentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos), que será paga ao Distrito Federal em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, cada uma no valor de Cr$86,08 (oitenta e seis cruzeiros e oito centavos), descontado de seus vencimentos, na forma do artigo 125, combinado com o artigo 197, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. **CLAUSULA TERCEIRA** — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração compromete-se a: I) abrir mão desde logo, de qualquer medida judicial relacionada com o fato origiário deste Termo; II) pagar ao senhor EDWALDO ANTONIO, a indenização constante da Cláusula Primeira, pelos danos causados ao veículo de sua propriedade, recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei 6190, de 17 de dezembro de 1974, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.0 — Encargos Diversos, conforme Nota de Empenho n.º 419/75, no valor de Cr$ 819,80 (oitocentos e dezenove cruzeiros e oitenta centavos), emitida pela Secretaria de Administração. **CLAUSULA QUARTA** — Os débitos decorrentes deste ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de processo Civil. **CLAUSULA QUINTA** — Este instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", a expensas do senhor JOSÉ DINIZ DA SILVA. **CLAUSULA SEXTA** — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1.ª Sub-procuradoria-Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER. Pela parte (as.) JOSÉ DINIZ DA SILVA e (as.) EDWALDO ANTONIO. TESTEMUNHAS: (as.) MARIA APARECIDA XAVIER E SCHIRLENE FONSECA

Telebrasília

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A

72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA DA TELECOMUNICAÇÕES DE BRASILIA S.A. — TELEBRASILIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a setuagésima segunda reunião extraordinária da Diretoria da Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASILIA, em sua sede social, no Setor Comercial Sul, Bloco E, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, presentes os senhores Areno Pires, Gildarte Giambastiani da Silva, Paulo Cid Rodrigues Gouvêa, Francisco de Paula, José Pereira Santos e Danton Eifler Nogueira, respectivamente, Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo, Diretor de Operações, Diretor Econômico Financeiro e Diretor Representante do GDF. Declarou o Sr. Presidente que havia convocado a presente reunião a fim de deliberar sobre a proposta da Diretoria ao Conselho Fiscal, do seguinte teor: A Diretoria da Telecomunicações de Brasília S. A. - TELEBRASILIA vem submeter a apreciação deste Egrégio Conselho em consonância com o que dispõe os artigos 2º (parágrafo único) e 7º do Estatuto Social, a emissão de 265.949 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas, no montante de Cr$ 265.949,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros) no valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada conforme a 65ª Reunião ocorrida em 24/04/75, que deliberou incorporar a Companhia Telefônica de Unaí, localizada no Município do mesmo nome, dando assim atendimento aos termos do Convênio firmado com a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - TELEMIG, empresa pólo desse Estado e a Telecomunicações de Brasília S. A. - TELEBRASILIA. A incorporanda em assembléia geral extraordinária de 25/04/75 aceitou a proposta, dando à sua Diretoria plenos poderes às negociações, como manda a lei, ocasião em que foi assinado o contrato pelo qual a administração dos serviços telefônicos locais passou à Telecomunicações de Brasília S. A. — TELEBRASILIA, até ultimarem-se os procedimentos de incorporação. Feito o laudo de avaliação pelos peritos chegou-se aos resultados constantes nesse documento que segue anexo para exame desse Egrégio Conselho. Entretanto, os acionistas da incoporanda propuseram novos termos de negociação surgindo então o reexame de transação que, afinal, indicou valores mais compatíveis nos seguintes termos: os antigos acionistas da incorporanda receberão um montante de Cr$ 151.746,00 (cento e cinquenta e hum mil, setecentos e quarenta e seis cruzeiros) e os novos Cr$ 114.203,00 (cento e quatorze mil, duzentos e três cruzeiros) em ações ordinárias nominativas da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, no montante de Cr$ 265.949,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros). Esses valores serão rateados entre os acionistas para posterior emissão de ações a cada qual pelo valor que lhe caiba. O laudo de avaliação dos peritos está vazado nos seguintes termos: Os peritos abaixo assinados, José Cruz de Sousa, Osvaldo Gonçalves Berigo e Eustáquio Nazareno: os dois primeiros nomeados pela 65ª Reunião da Diretoria da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, realizada em 24/04/75 e, o terceiro pela Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia Telefônica de Unaí, realizada em 25/04/75, para avaliação do patrimônio líquido da Companhia Telefônica de Unaí, a ser absorvido pela Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, depois de efetuarem as verificações necessárias e concluídos os seus trabalhos, vem apresentar o respectivo laudo, como segue: ALTERNATIVA I — AVALIAÇÃO CONTÁBIL: 1. Imobilizado - 1.1. Custo Histórico - Cr$ 187.286,93. 1.2. Correção Monetária - Cr$ 255.285,44. 1.3. Menos: Depreciação - Cr$ 97.781.01. Imobilizado Líquido - Cr$ 344.791,36. 2. Disponível - Cr$ 2.280,48. Realizável - Cr$ 7.542,14. Ativo Real - Cr$ 354.613,98. 4. Menos, Exigível - Cr$ 88.534,54. Patrimônio Líquido - Cr$ 266.079,44. Valor Patrimonial da Ação $= \frac{Cr\$\ 266.079,44}{(6.240 + 178.443)} = 1,44$

ALTERNATIVA II — AVALIAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO: 1. Imobilizado — 1.1. Equipamento — Cr$ 82.902,60. 1.2. Rede Local — Cr$ 39.661;09. 1.3. Aparelho de Assinantes - Cr$ 12.811,35. 1.4. Imóveis - Cr$ 60.911,30. 2. Realizável — Cr$ 7.542,14. 3. Disponível Cr$ 2.280,48. Ativo Real - Cr$ 206.108,96. 4. Menos: Exigível Cr$ 88.534,54. Patrimônio Líquido — Cr$ 117.574,42. Valor

Patrimonial da Ação $= \frac{Cr\$\ 117.574,42}{(6.240 + 178.443)} = 0,64$

Os valores acima das duas alternativas estão atualizados até 15/05/75, sendo que a Correção Monetária do Ativo Imobilizado, foi calculada com os índices publicados em 1974. O tratamento contábil no que se refere aos Credores por Financiamento (Promitentes Usuários), foram considerados como Reservas para Aumento de Capital. Os dados discriminados na Alternativa II, baseiam-se na avaliação técnica do equipamento em 30/04/74, pela Telecomunicações de Minas Gerais S.A. — TELEMIG, Empresa também do Grupo TELEBRÁS. No entanto, para efeito de distribuição das ações aos respectivos acionistas, pode ser adotado a alternativa abaixo exposta, mantendo-se o valor patrimonial da ação acima referido: ALTERNATIVA: A) ANTIGOS ACIONISTAS — Capital Social - Cr$ 6.240,00. Reserva (C.M.) — Cr$ 230.864,00 - Sub-total — Cr$ 237.104,00. Valor Patrimonial da Ação x 0,64 = Valor a ser distribuído — Cr$ 151.746,00. b) NOVOS ACIONISTAS — Total Integralizado — Cr$ 178.443,00. Valor Patrimonial da Ação = Valor a ser distribuído — Cr$ 114.203,00. Nesta alternativa o prejuízo não será totalmente absorvido, restando a importância de Cr$ 8.869,00, conforme demonstrativo. Valor a ser distribuído (a + b) — Cr$ 265.949,00 Capital + Reserva (—) Cr$ 415.547,00. Subtotal (—) Cr$ 149.598,00. Prejuizo (+) Cr$ 158.467,00. Saldo não absorvido — Cr$ 8.869,00. O saldo de Cr$ 8.869,00 (oito mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros), será absorvido pela TELEBRASILIA por ocasião da incorporação definitiva do acervo e que pode ser considerado irrisório em relação ao seu lucro atual. Unaí, 21 de maio de 1975. (a) José Cruz de Sousa, Osvaldo Gonçalves Berigo, Eustáquio Nazareno. O imóvel a que se refere o laudo de avaliação é constituído de terreno com benfeitoria, localiza-se na Rua João Pinheiro, nº 528, a 69,50 m (sessenta e nove metros e cinquenta centímetros) da Rua Dona Celina Frederico Lisbôa, em Unaí, Estado de Minas Gerais. O terreno tem o formato irregular e apresenta as seguintes dimensões: Frente: 8,60 m, Fundo: 7,35 m, Lado esquerdo: 20,00 m, Lado direito: três segmentos: 11,35 m; 0,49 m e 8,25 m. Perfazendo uma área de aproximadamente 158,38 m2 (cento e cinquenta e oito metros e trinta e oito centímetros quadrados). O terreno é plano, solo firme e seco. Sua vedação é em alvenaria de tijolos. O local é livre de ocorrências de inundações e deslizamento. Um prédio de 1 (um) pavimento, construção do tipo econômico, sendo sua estrutura em alvenaria de tijolo, sem recuo da via pública, possuindo recuo laterais. Sua área construída é de 70,20 m2 (setenta metros e vinte centímetros quadrados). O prédio é constituído de 4 (quatro) dependências, assim distribuidos: Sala do Público e Escritório, Sala das Baterias, Sala dos Equipamentos, WC. O Capital Social subscrito e integralizado da Empresa, com as incorporações mencionadas passará a ser de Cr$ 469.765.949,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros) dividido em 380.078.341 (trezentos e oitenta milhões, setenta e oito mil, trezentos e quarenta e uma) ações ordinárias nominativas e 89.687.608 (oitenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oito) ações preferenciais nominativas endossáveis todas no valor de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada. Assim e por consultar os interesses da Sociedade propomos a aprovação da presente proposta (a) Areno Pires, Gildarte Giambastiani da Silva, Paulo Cid Rodrigues Gouvêa, Francisco de Paula, José Pereira Santos e Danton Eifler Nogueira. O Presidente tendo em vista a necessidade do pronunciamento do Conselho Fiscal, suspendeu a reunião pelo tempo necessário a essa deliberação. Reabrindo os trabalhos o Presidente leu o Parecer do Conselho Fiscal, sobre a proposta da Diretoria conforme se transcreve: "O Conselho Fiscal da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, reunido por convocação da Diretoria, apreciou a proposta em que esta submete à aprovação dos membros deste Órgão a emissão de 265.949 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove) de ações representativas do Capital Social da Empresa, cujo valor subscrito e integralizado passará de Cr$ 469.500.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões e quinhentos mil cruzeiros) para Cr$ 469.765.949,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros) dividido em 380.078.341 (trezentos e oitenta milhões, setenta e oito mil, trezentos e quarenta e uma) ações ordinárias nominativas e 89.687.608 (oitenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oito) ações preferenciais nominativas endossáveis, todas no valor de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, mediante: a emissão de 265.949 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas no montante de Cr$ 265.949,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros), no valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada para subscrição pelos acionistas da Companhia Telefônica de Unaí, a ser extinta em virtude da incorporação por esta Empresa, conforme deliberação da incorporadora na 65ª Reunião de sua Diretoria em 24/04/75 e da incorporanda em suas A.G.E. de 25/04/75 e 08/08/75. As ações a serem emitidas serão subscritas nas seguintes condições: 1) Os antigos acionistas subscreverão 151.746 (cento e cinquenta e hum mil, setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas no montante de Cr$ 151.746,00 (cento e cinquenta e hum mil, setecentos e quarenta e seis cruzeiros) com a parte do acervo que lhes cabe. 2) Os novos acionistas subscreverão 114.203 (cento e quatorze mil, duzentos e três) ações ordinárias nominativas no montante de Cr$ 114.203,00 (cento e quatorze mil duzentos e três cruzeiros). Esses valores que são totais serão devidamente rateados tomando-se por base o montante que cada qual haja subscrito na Companhia objeto da incorporação. Este Conselho examinando a documentação que lhe foi apresentada, pronuncia-se favoravelmente à proposta de acordo com as disposições estatutárias vigentes. "Brasília, 30 de outubro de 1975. (a) Walter Guerra do Amaral, Dilermando Salameh Christo, Antero Carvalho. Em consequência deliberou a Diretoria considerar aprovada a proposta nos termos indicados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme foi assinada pelos presentes.

DE CARVALHO. CERTIDÃO — Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 21, fls. 498/99 da 1.ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 23/12/75 MARCOS ANTONIO BARBOSA — Seção de Registro de Contratos e Convênios DAA/1.ª SPRG — Chefe VISTO Em, 23/12/75 EMMANUEL F. MENDES LYRIO — 1.º Subprocurador-Geral (G.R. N. 091.998, de 23/12/75 Cr$ 211,00)

Brasília, 30 de outubro de 1975

ARENO PIRES
GILDARTE GIAMBASTIANI DA SILVA
PAULO CID RODRIGUES GOUVÊA
FRANCISCO DE PAULA
JOSÉ PEREIRA SANTOS
DANTON EIFLER NOGUEIRA

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL — CERTIDÃO — CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número: 5932 Brasília, 29 de dezembro de 1975 WALDYR PEIXOTO Secretário-Geral

Brasília, 30 de outubro de 1975, ARENO PIRES, GILDARTE GIAMBASTIANI DA SILVA, PAULO CID RODRIGUES GOUVÊA, FRANCISCO DE PAULA, JOSÉ PEREIRA SANTOS, DANTON EIFLER NOGUEIRA,

Telebrasília

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A

74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA DA TELECOMUNICAÇÕES DE BRASILIA S.A. — TELEBRASILIA

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, realizou-se a setuagésima quarta reunião extraordinária da Diretoria da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, em sua sede social, no Setor Comercial Sul, Bloco E, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, presentes os Senhores Areno Pires, Gildarte Giambastiani da Silva, Paulo Cid Rodrigues Gouvêa, Francisco de Paula, José Pereira Santos e Danton Eifler Nogueira, respectivamente, Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo, Diretor de Operações, Diretor Econômico Financeiro e Diretor Representante do GDF. Declarou o Sr. Presidente que havia convocado a presente reunião a fim de deliberar sobre a proposta da Diretoria ao Conselho Fiscal, do seguinte teor: A Diretoria da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, vem submeter à apreciação desse Egrégio Conselho em consonância com o que dispõe o artigo 7º do Estatuto Social; 1) A emissão de 1.691.886 (hum milhão, seiscentos e noventa e hum mil, oitocentos e oitenta e seis) ações preferenciais nominativas endossáveis, correspondente aos créditos de promitentes usuários que integralizaram contratos de autofinanciamento até 30 de novembro de 1975, no montante de Cr$ 1.691.886,00 (hum milhão, seiscentos e noventa e hum mil, oitocentos e oitenta e seis cruzeiros), pela Portaria 415/72, correspondente a 85% da integralização, calculada pelo valor patrimonial de Cr$ 1,10 (hum cruzeiro e dez centavos) cada uma. 2) A emissão de 2.826.017 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil e dezessete) ações ordinárias nominativas, no montante de Cr$ 2.826.017,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil e dezessete cruzeiros), provenientes de créditos de promitentes usuários que integralizaram contratos de autofinanciamento sob a égide da Portaria 1.181/74, até 30 de novembro de 1975, correspondente às integralizações calculadas pelo valor patrimonial de Cr$ 1,10 (hum cruzeiro e dez centavos) e cujas ações serão emitidas em nome da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, que posteriormente as re-emitirá em nome dos respectivos promitentes usuários, tudo de conformidade com a citada Portaria 1.181/74, do Ministério das Comunicações. 3) A emissão de 7.982.097 (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, no montante de Cr$ 7.982,097,00 (seté milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete cruzeiros) proveniente de parte de créditos da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, contabilizados até 18 de dezembro de 1975. O capital Social subscrito e integralizado da Empresa, com as incorporações mencionadas passará a ser de Cr$ 501.000.000,00 (quinhentos e hum milhões de cruzeiros), dividido em 398.699.744 (trezentos e noventa e oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas e 102.300.256 (cento e dois milhões, trezentos mil duzentos e cinquenta e seis) ações preferenciais nominativas endossáveis, todas no valor de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada. Tendo em vista a incorporação dos créditos da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, no valor de Cr$ 7.982.097,00 (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete cruzeiros) correspondente a 1,63% (hum vírgula sessenta e três por cento) do Capital Social assegurar-se-á aos demais acionistas, e na mesma proporção, o direito de preferência de acordo com o artigo 7º do Estatuto da Empresa. Assim e por consultar os interesses da Sociedade propomos a aprovação da presente proposta (a) Areno Pires, Gildarte Giambastiani da Silva, Paulo Cid Rodrigues Gouvêa, Francisco de Paula, José Pereira Santos e Danton Eifler Nogueira. O Presidente tendo em vista a necessidade do pronunciamento do Conselho Fiscal, suspendeu a reunião pelo tempo necessário a essa deliberação. Reabrindo os trabalhos o Presidente leu o Parecer do Conselho Fiscal, sobre a proposta da Diretoria conforme se transcreve: "O Conselho Fiscal da Telecomunicações de Brasília S.A. — TELEBRASILIA, reunido por convocação da Diretoria, apreciou a proposta em que esta submete à aprovação dos membros deste Orgão a emissão de 12.500.000 (doze milhões e quinhentos mil) ações representativas do Capital Social da Empresa cujo valor subscrito e integralizado passará de Cr$ 488.500.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), para Cr$ 501.000.000,00 (quinhentos e hum milhões de cruzeiros), dividido em 398.699.744 (trezentos e noventa e oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas e 102.300.256 (cento e dois milhões, trezentos mil duzentos e cinquenta e seis) ações preferenciais nominativas endossáveis, todas no valor de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, mediante: 1) A emissão de 1.691.886 (hum milhão, seiscentos e noventa e hum mil, oitocentos e oitenta e seis) ações preferenciais nominativas endossáveis, no montante de Cr$ 1.691.886,00 (hum milhão, seiscentos e noventa e hum mil, oitocentos e oitenta e seis cruzeiros), provenientes de contratos de autofinanciamento definidos pela Portaria 415/72 do Ministério das Comunicações e referentes as integralizações até 30 de novembro de 1975. 2) A emissão de 2.826.017 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil e dezessete) ações ordinárias nominativas, no montante de Cr$ 2.826.017,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil, e dezessete cruzeiros), provenientes de contratos de autofinanciamento subscritos e integralizados sob a égide da Portaria 1.181/74 do Ministério das Comunicações, correspondente as integralizações calculadas pelo valor patrimonial de Cr$ 1,10 (hum cruzeiro e dez centavos) e cujas ações serão emitidas em nome da Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras, que posteriormente as re-emitirá em nome dos respectivos promitentes usuários, tudo de conformidade com a citada Portaria 1181/74 do Ministério das Comunicações. 3) A emissão de 7982097 (sete milhões novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, no montante de Cr$ 7.982.097,00 (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete cruzeiros), provenientes de parte de créditos da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, contabilizados até 18 de dezembro de 1975. Tendo em vista a incorporação dos créditos da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, no valor de Cr$ 7.982.097,00 (sete milhões, novecentos e oitenta e dois mil e noventa e sete cruzeiros) correspondente a 1,63% (hum vírgula sessenta e três por cento) do Capital Social, assegurar-se-á aos demais acionistas, e na mesma proporção, o direito de preferência de acordo com o artigo 7º do Estatuto da Empresa. Este Conselho, examinando a documentação que lhe foi apresentada, pronuncia-se favoravelmente à proposta, de acordo com as disposições estatutárias vigentes". Brasília (DF), 19 de dezembro de 1975. (a) Walter Guerra do Amaral, Dilermando Salameh Christo, Antero Carvalho. Em consequência deliberou a Diretoria considerar aprovada a proposta nos termos indicados. Nada mais havendo a tratar o Presidente declarou encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme foi assinada pelos presentes.

Brasília, 19 de dezembro de 1975. ARENO PIRES — GILDARTE GIAMBASTIANI DA SILVA — PAULO CID RODRIGUES GOUVEA — FRANCISCO DE PAULA — JOSÉ PEREIRA SANTOS — DANTON EIFLER NOGUEIRA.

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL — CERTIDÃO — CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número 5931: Brasília, 29 de dezembro de 1975 WALDYR PEIXOTO SECRETARIO GERAL.

TERMO DE TRANSAÇÃO FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CONSTRUTORA E TOPOGRAFIA BASEVI LTDA., OBJETIVANDO O RESSARCIMENTO PELO SEGUNDO PARA O PRIMEIRO, DOS DANOS CAUSADOS NO VEICULO, MARCA VOLKSWAGEN, TIPO KOMBI, PLCA OF-14-90, DE PROPRIEDADE DO DISTRITO FEDERAL, A SERVIÇO DA SECRETARIA DO GOVERNO.

Aos 2 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Técnico em Tributação, na qualidade de Secretário de Administração, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 29.311/74, e, do outro, a CONSTRUTORA E TOPOGRAFIA BASEVI LTDA., neste ato representada pelo seu bastante procurador, Senhor JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta capital, firmam o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolverem em termos definitivos o acidente de tráfego, ocorrido no dia 13 de novembro de 1974, na Estrada Parque de Taguatinga, nas proximidades da Garagem da Itapemirim, envolvendo os veículos marca Volkswagen ano 1969, tipo Kombi, cor verde, placa OF-14-90, de propriedade do DISTRITO FEDERAL, a serviço da Secretaria do Governo, conduzido pelo Senhor ANTONIO BELO, brasileiro, solteiro, Auxiliar de Medição, nível 06, matrícula nº. 13.378;. residente e domiciliado à Rua 12 casa 01 Acampamento da Metropolitana/DF, e o veículo marca Chevrolet, tipo caminhão, C-60, Placa DF-CM 1207, de propriedade da Construtora e Topografia Basevi Ltda., conduzido pelo Senhor ANTONIO DE SENA LOPES, brasileiro, casado, motorista profissional, Carteira Nacional de Habilitação nº. 7129731, residente e domiciliado na Q. 22 lote 19 - Setor Oeste Gama/DF, mediante as seguintes cláusulas:. CLÁUSULA PRIMEIRA — A Construtora e Topografia Basevi Ltda, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se: a) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, relativa aos danos causados no veículo oficial, totalizando Cr$ 9.737,50 (nove mil setecentos e trinta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), já acrescida dos juros legais; b) abrir mão, desde logo, de qualquer medida judicial relacionada, com o fato gerador desta Transação. CLÁUSULA SEGUNDA — A importância mencionada na Cláusula anterior será paga ao DISTRITO FEDERAL pela Construtora e Topografia Basevi Ltda., em 5 (cinco) parcelas mensais, consecutivas, representadas por Notas Promissórias, sendo cada uma no valor de Cr$ 1.947,50 (hum mil, novecentos e quarenta e sete cruzeiros, cinquenta centavos), vencendo a primeira no dia 28 de fevereiro de 1976, e a última no dia 30 de junho de 1976. CLÁUSULA TERCEIRA — O DISTRITO FEDERAL, por seu turno, transige, comprometendo-se a não ingressar em juízo, acerca do objeto deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA — Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente ajuste serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código do Processo Civil. CLÁUSULA QUINTA - Este Termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", a expensas da Construtora e Topografia Basevi Ltda. CLÁSULA SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; Pela PARTE: (as.) JOSÉ EUSTÁQUIO FERREIRA; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) NANCY CARVALHO LIMA. - CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº. 22, fls. 333/34 da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. - BRASÍLIA, 29/12/1975. - MARCOS ANTONIO BARBOSA - Seção de Registro de Contratos e Convênios - DAA/1ª. SPRG - Chefe. VISTO: Em, 30/12/75 - EMMANUEL F. MENDES LYRIO - 1º. Subprocurador-Geral do Distrito Federal. - (G.R. Nº. 091996 - Cr$ 180,00).

RENOVAÇÃO DO TERMO AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQN 103 DESTINADA À INSTALAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Secretário de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 026.765/73, e, do outro, o Senhor MIGUEL DANTAS FILHO, brasileiro casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar a presente renovação do TERMO DE AUTORIZAÇÃO, entre si celebrado, aos 15 de maio de 1973, lavrado às fls. 414/16, do Livro nº. I2, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 1º. de junho de 1973, com fulcro no artigo 24 da Lei nº. 4545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento fica renovado o TERMO DE AUTORIZAÇÃO firmado entre o DISTRITO FEDERAL e o AUTORIZADO MIGUEL DANTAS FILHO em 15 de maio de 1973, objetivando a ocupação, pelo AUTORIZADO com fundamento no artigo 24 da Lei nº. 4545, de 10 de dezembro de 1964, da área situada na SQN 103, destinada à instalação a título precário de banca para venda de jornais, revistas e similares. CLÁUSULA SEGUNDA — O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca a que se refere a cláusula anterior com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a

ocorrer nas instalações e/ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA TERCEIRA — O AUTORIZADO obriga-se outrossim a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regualmento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto n°. 2982, de 19 de agosto de 1975, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA QUARTA — O AUTORIZADO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir de 16 de maio de 1975, Taxa de Ocuapção mensal no valor de Cr$ 125,00 (cento e vinte e cinco cruzeiros), até o 10°. (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA — O AUTORIZADO recolherá, a título de complemento de caução, a importância de Cr$ 196,40 (cento e noventa e seis cruzeiros e quarenta centavos). CLÁUSULA SEXTA - O valor da taxa de ocuapção, bem como o da caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5°., da Lei n°. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA SÉTIMA — A área mencioncionada na cláusula primeira não poderá ser cedida, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA — O Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas e Areas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto n°. 2.982, de 19 de agosto de 1975, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA NONA — O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA — Esta renovação é outorgada em caráter precário, obrigando-se O AUTORIZADO a desocupar a área, dela retirando a banca que colocou, tão logo seja interpelado para o fazer. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 16 de maio de 1975. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Este termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", á expensas do AUTORIZADO, expirando 24 meses após, sendo que os seus efeitos retroagem ao dia 16 de maio de 1975, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.). JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo AUTORIZADO: (as.). MIGUEL DANTAS FILHO. Testemunhas: (as.). VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e (as.) NANCY CARVALHO LIMA. - CERTIDÃO: - Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N°. 23, fls. 100/02 da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. - BRASÍLIA, 30/12/75. - MARCOS ANTONIO BARBOSA - Seção de Registro de Contratos e Convênios - DAA/1ª. SPRG - Chefe - VISTO: Em, 30/12/75 - EMMANUEL F. MENDES LYRIO - 1°. Subprocurador-Geral do Distrito Federal - (G.R. N°. 092657 - Cr$ 282,00).

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
AVISO N°- 95/75-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração, retifica o Aviso n° 089/75—CEST, publicado no "Distrito Federal" n° 194 do dia 19.12.75, excluindo os servidores, abaixo relacionados, por não terem obtido menção aprobatória no Curso de Comunicação e Expressão para Auxiliar de Administração da CEB.

N.° DE ORDEM 01
NOME: JOÃO VIANA SOARES
N.° DE ORDEM 02
NOME JOSÉ GRILLO
N.° DE ORDEM 03
NOME JOSÉ VALTER COELHO DE ALMEIDA
N.° DE ORDEM 04
NOME: VALDIR FERREIRA CHAVES
N.° DE ORDEM 05
NOME VALDIVINO ELEOTÉRIO

Brasília, 29 de dezembro de 1975

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A
CEASA/DF.
S.I.A. - Trechos 5 a 15 - Fone: 24-3020
CGC N°- 00.314.310/0001 - Inscr. no GDF N°- 135:973
BRASÍLIA - D.F.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°- 03/75
CEASA/DF

O Diretor-Presidente da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. — CEASA/DF, faz público que às 09:00 horas do dia 20 de janeiro de 1976, na sede administrativa desta Empresa, sita no SIA — Trecho 7 — Lote único, em Brasília — DF, a Comissão de Licitação, dirigida pelo seu Presidente, receberá as propostas para execução de Serviços de Auditoria Externa para a CEASA/DF, mediante as condições constantes do Edital de Tomada de Preços, que se encontra à disposição dos interessados, a partir desta data pelo preço de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros) no endereço acima mencionado.

Brasília, 23 de dezembro de 1975

LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA
Diretor-Presidente e Tecnico

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
EDITAL N°- 48/75-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 95, Inciso IV, Capítulo II do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto n° 2250, de 08 de maio de 1975, torna públicas as Instruções Reguladoras do Curso de Formação Profissional para Escrivão de Polícia, de conformidade com o artigo 7° do Decreto n° 59310/66.

1. DOS OBJETIVOS

1.1 Promover a formação profissional necessária à categoria funcional de Escrivão de Polícia.
1.2 Propiciar conhecimentos técnicos (teoricos e práticos) necessários ao melhor desempenho das tarefas típicas inerentes ao cargo.
1.3 Desenvolver nos participantes atitude profissional - requisito indispensável à perfeita integração do empregado à organização.
1.4 Levar os participantes a terem uma nítida consciência da complexidade de Segurança Pública.

2. DOS PARTICIPANTES

2.1 Participarão do curso os candidatos que atenderem aos pré-requisitos, abaixo relacionados, exigidos no processo seletivo;
Aprovação em:
a) Provas de Conhecimentos Gerais
b) Exame de Capacidade Física
c) Exame Psicotécnico

3. DO PERIODO, LOCAL E HORÁRIO

3.1 O Curso será desenvolvido no período de 05 de janeiro a 16 de março de 1976, num total de 210 horas
3.2 As aulas serão ministradas no Centro de Seleção e Treinamento SGO. Área Especial n° 01, no horário de 19 às 23 horas.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 Os treinandos deverão preencher um formulário próprio, fornecido pelo CEST, apresentar uma foto 3 x 4 e atestado de antecedentes.

5. DAS ATIVIDADES

5.1 Este curso será ministrado por Instrutores especializados na área de Segurança Pública, utilizando-se no decorrer das aulas de modernas técnicas didáticas, tendo em vista a total participação do treinando.
5.2 A programação será desenvolvida em três fases, sendo que a primeira terá caráter eliminatório, encerrando-se o processo seletivo ao ingresso da classe na categoria funcional de Escrivão de Polícia.
5.3 - Considerar-se-á apto a participar das fases seguintes do curso, o candidato que obtiver menção aprobatória em todas as disciplinas que compõem a I fase, levando-se em consideração critérios formais e informais de avaliação.
5.4 Durante as Fases II e III, os participantes farão 24 horas de estágio nas Delegacias.
5.4.1 Ficará a cargo da Secretaria de Segurança Pública a orientação e o acompanhamento das atividades do Estágio, sob a supervisão do CEST.
5.5 As atividades serão coordenadas por um Assistente de Treinamento e um Coordenador Auxiliar, previamente designados pelo Diretor do CEST.
5.6 Compete à Coordenação apreciar, ao final, todas as atividades docentes e discentes e encaminhar relatório das mesmas à Diretoria da Divisão de Treihamento e Aperfeiçoamento.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

6. DA AVALIAÇÃO

6.1 A Equipe Técnica do CEST manterá o acompanhamento das atividades através de avaliações aplicadas aos treinandos.
6.2 Ao final de cada disciplina será aplicada uma prova objetiva referente ao conteúdo estudado.
6.3. -Considerar-se-á apto o treinando que obtiver conceito RS ou RM. em cada disciplina.

7. DAS DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA

I FASE

Prática Policial

a) Organização do Trabalho Intelectual	(30 horas)
b) Direito Penal e Processo Penal	(30 horas)
c) Prática e Organização Cartorária	(30 horas)

II FASE

a) Psicologia Aplicada	(30 horas)
b) Estatuto, Regimento e Organização da SEP	(06 horas)
c) Técnicas de Entrevista Policial	(30 horas)

III FASE

Polícia Técnica

a) Identificação Datiloscópica	(10 horas)
b) Noções de Criminalística	(10 horas)
c) Noções de Medicina Legal	(10 horas)
d) Estágio Supervisionado	(24 horas)

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O Centro de Seleção e Treinamento providenciará a expedição de certificados de aproveitamento, para a valorização da vida funcional dos participantes, que frequentarem 80% das horas de atividades em cada disciplina e obtiverem menção aprobatória

8.2 As demais normas estão contidas no Regulamento das atividades do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pela Portaria nº 147/75, de 25 de fevereiro de 1975, do Secretário de Administração do Distrito Federal.

8.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do CEST.

Brasília, 26 de dezembro de 1975
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
EDITAL Nº- 47/75-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇAO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 93, Inciso IV, Capítulo II do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº. 2250 de 08 de maio de 1973, torna públicas as Instruções Reguladoras do Curso de Formação Profissional para Delegado de Polícia, de conformidade com o artigo 7º. do Decreto nº. 59310/66.

1. DOS OBJETIVOS

1.1 Promover a formação profissional necessária à Categoria Funcional de Delegado de Polícia;
1.2 Propiciar conhecimentos técnicos (teóricos e práticos) necessários ao melhor desempenho das tarefas típicas inerentes ao cargo;
1.3 Desenvolver nos participantes atitude profissional, requisito indispensável à perfeita integração do empregado à organização;
1.4 Possibilitar a aquisição de capacidade de supervisão e coordenação para elaboração de planos operacionais de policiamento preventivo vedo;
1.5 Levar os participantes a terem uma nítida consciência da complexidade de Segurança Pública.

2. DOS PARTICIPANTES

2.1 Participarão do Curso os inscritos no Concurso Público para Delegado de Polícia, que atenderem aos seguintes pré-requisitos:

I APROVAÇÃO EM:

a) Prova de Direito Penal e Direito Processual Penal
b) Exame de Capacidade Física
c) Exame Psicotécnico

II Os optantes da Clientela Geral de Delegado de polícia, inscritos pela Coordenação do Sistema de Pessoal, aprovados em Exame Psicotécnico, realizado pelo CEST.

3. DO PERÍODO, HORÁRIO E LOCAL

3.1 O Curso realizar-se-á no período de 5 de janeiro a 16 de março de 1976, abrangendo um total de 210 horas-aula.
3.2 As atividades serão desenvolvidas na Sede do Centro de Seleção e Treinamento, Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº. 1, no horário de 19 às 23 horas.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 Os Treinandos deverão:

— Preencher formulário próprio fornecido pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento
— Juntar uma foto 3x4
— Atestado de Antecedentes

5. DAS ATIVIDADES

5.1 O Curso será coordenado por um Assistente e um Coordenador Auxiliar, previamente designados pelo Diretor do CEST.
5.2 O Curso será ministrado por Instrutores especializados na área de Segurança Pública, utilizando-se no decorrer das aulas de modernas técnicas didáticas, tendo em vista a total participação do treinando.
5.3 A programação será desenvolvida em três fases, sendo que a primeira terá caráter eliminatório, encerrando-se nessa fase o processo seletivo ao ingresso da classe na Categoria Funcional de Delegado de Polícia.
5.4 Considerar-se-á apto a participar das fases seguintes do curso o candidato que obtiver menção aprobatória em todas as disciplinas que compõem a I Fase, levando-se em consideração critérios formais e informais de avaliação.
5.5 Durante as Fases II e III, os participantes farão 24 (vinte e quatro) horas de estágio nas Delagacias.
5.6 Ficará a cargo da Secretaria de Segurança Pública a orientação e acompanhamento das atividades do estágio, sob a supervisão do CEST.
5.7 Cabe aos instrutores apresentar plano de curso e relatório final das atividades realizadas.
5.8 Compete à Coordenação apreciar ao final, todas as atividades docentes e discentes e apresentar relatório das mesmas à Diretora da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento.

6. DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA

I FASE:

Prática Policial

a) Direito Penal e Processo Penal	(30 horas)
b) Investigação Policial	(30 horas)
c) Técnicas de Interrogatório	(20 horas)

II FASE

a) Psicologia Aplicada	(30 horas)
b) Organização do Trabalho Intelectual	(30 horas)
c) Estatuto, Regimento e Organização da SEP	(06 horas)

III FASE

Polícia Técnica

a) Identificação Datiloscópica	(10 horas)
b) Noções de Criminalística	(10 horas)
c) Noções de Medicina Legal	(10 horas)

7. DA AVALIAÇÃO

7.1 Os participantes serão avaliados através dos seguintes indicadores:

— interesse e particiapção individual e em grupo
— qualidade dos Trabalhos práticos apresentados.
— verificação de aprendizagem ao final de cada disciplina

7.2 Considerar-se-á apto o participante que obtiver conceito RS ou RM em cada disciplina.
7.3 A equipe Técnica do CEST manterá o acompanhamento das atividades através de avaliações aplicadas aos Treinandos.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O Centro de Seleção e Treinamento providenciará a expedição de certificados de aproveitamento aos Treinandos que frequentarem 80% das horas de atividades em cada disciplina e obtiverem menção aprobatória.
8.2 As demais normas estão contidas no Regulamento do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pela Portaria nº. 147/75, de 25 de fevereiro de 1975, do Secretário de Administração do Distrito Federal, publicado no "DF" de 28.02.75.
8.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Centro de Seleção e Treinamento.

Brasília, 26 de dezembro de 1975.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 2,00